

01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ministros articulam fim da aposentadoria aos 70 no STF

Integrantes de tribunais superiores trabalham no Congresso para aprovar emenda

Proposta aumentaria idade da aposentadoria para 75 anos, tirando de Dilma a chance de nomear cinco ministros

ANDRÉIA SADI
SEVERINO MOTYA
DE BRASÍLIA

Ministros de tribunais superiores articulam com líderes do Congresso a aprovação de uma emenda constitucional que pode tirar da presidente Dilma Rousseff a chance de nomear cinco novos ministros do Supremo Tribunal Federal até o fim de seu segundo mandato, em 2018.

Conhecida como a PEC da Bengala, a proposta de emenda à Constituição eleva de 70 para 75 anos a idade limite para a aposentadoria nos tribunais. Cinco dos dez ministros da composição atual do STF farão 70 anos de idade nos próximos quatro anos.

A articulação ocorre em um momento em que lideranças do Congresso, em especial do PMDB, estão em atrito com o governo Dilma e em busca de espaço no segundo mandato da presidente.

A emenda foi aprovada em 2005 pelo Senado e desde 2006 está parada aguardando votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Segundo a Folha apurou, ministros do STF, como Gilmar Mendes, conversaram sobre o assunto com lideranças do Congresso recentemente, incluindo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e o líder da bancada do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ).

Procurados, eles não confirmaram as conversas oficialmente. Cunha, no entanto, diz ser favorável ao projeto. "Vou submeter o tema à bancada na próxima terça-feira", afirmou ele, que é pré-candidato a presidência da Câmara no ano que vem.

Parlamentares ouvidos pela Folha, tanto da base aliada como da oposição, dizem que a ideia é aguardar a aposentadoria de José Jorge no TCU (Tribunal de Contas da União), para evitar que a proposta seja associada a uma manobra para favorecê-lo.

Jorge virou desafeto do Palácio do Planalto por ser o relator da investigação sobre a refinaria de Pasadena no TCU, parte das investigações em curso sobre corrupção na Petrobras. Ele faz 70 neste ano e sua última sessão está prevista para 11 de novembro.

O presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Francisco Falcão, também trabalha nos bastidores pela

aprovação da emenda, segundo integrantes do Judiciário.

Procurado pela Folha, Mendes disse que não trata de assuntos da Câmara e que qualquer avaliação sobre a PEC da Bengala deve ser feita pelo Congresso: "É assunto do Legislativo". O mesmo disse Falcão: "Estou longe, quem cuida é o Congresso".

No STF, o ministro Marco Aurélio Mello, que tem 68 anos e em 2003 escreveu artigo defendendo a proposta, disse que segue favorável a ela. "Não é porque estou próximo de ser alcançado pelo cartão vermelho que sou favorável. As condições de vida mudaram, a expectativa de vida mudou. Está na hora de [o Congresso] decidir se modifica ou não, o que não pode é permanecer no limbo. Mas, caso isso também não aconteça, viro a página com muita felicidade", afirmou.

A aposentadoria aos 70 anos de idade é compulsória para todos os funcionários públicos, mas a PEC da Bengala só muda o limite para juízes. Muitos magistrados resistem à mudança, porque temem levar mais tempo para alcançar o topo da carreira se desembargadores e membros da cúpula dos tribunais demorarem para se aposentar.

CONTINUA

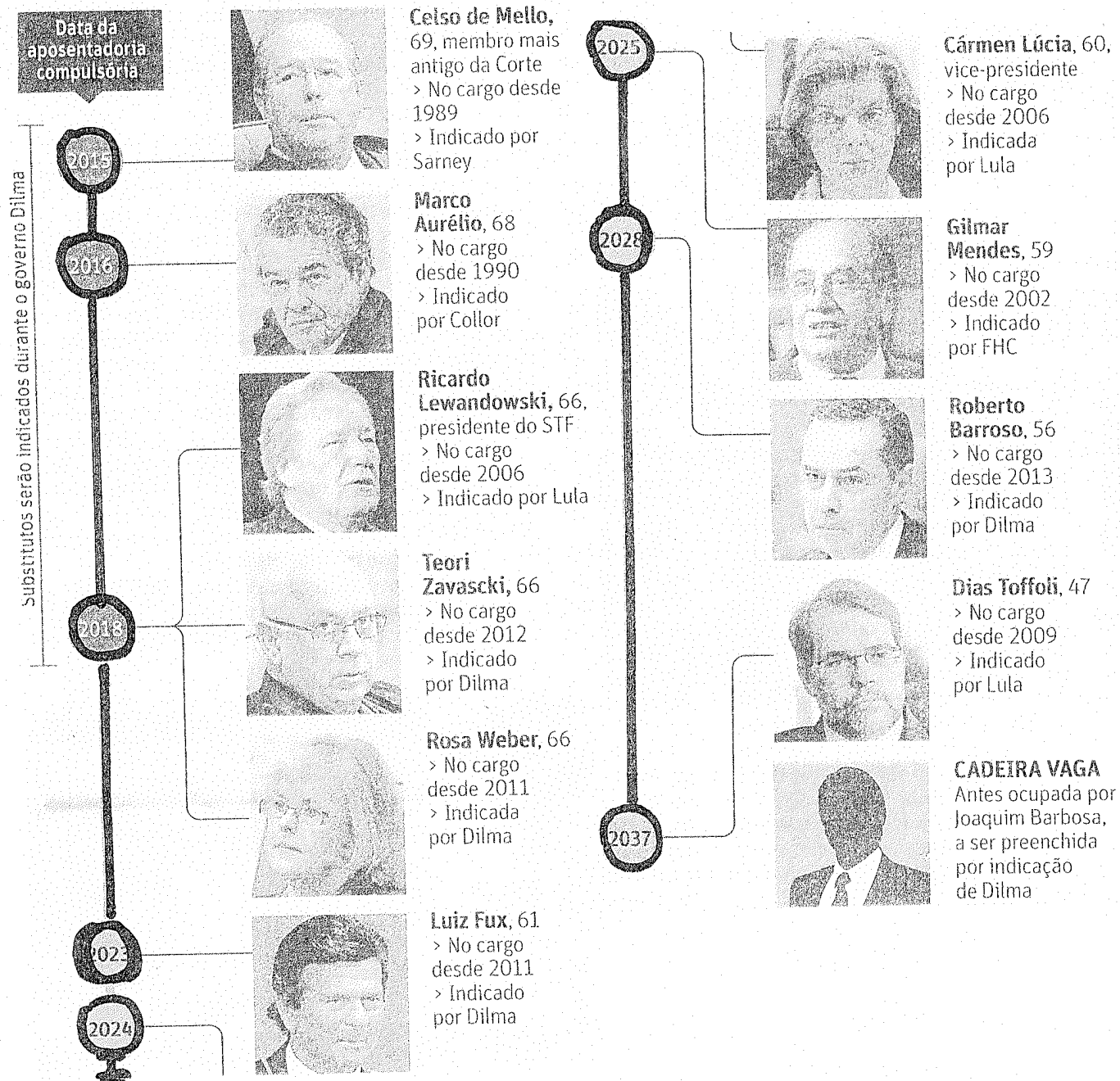
Se a emenda não fora aprovada, Dilma poderá nomear seis ministros do Supremo até 2018. Além da vaga do ex-ministro Joaquim Barbosa, que antecipou sua aposentadoria

e deixou o tribunal em julho, vão se aposentar por idade nos próximos quatro anos os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski, Teori Zavascki e Rosa Weber.

Dos cinco que se aposentarão, só Celso de Mello e Marco Aurélio não foram indicados pelos governos petistas. O decano foi indicado por José Sarney e Marco Aurélio por Fernando Collor.

PERFIL DO STF

Quem são os ministros da Corte e até quando eles podem ficar no cargo



01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Supremo quer que Orçamento seja votado sem cortes

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Rosa Weber determinou que o Congresso aprecie o projeto de Lei Orçamentária de 2015 em sua versão integral, descartando cortes feitos pelo Executivo que atingiram propostas de aumento para o Judiciário.

A decisão foi tomada numa ação em que a Procuradoria-Geral da República questionava os cortes. Quando o projeto foi enviado ao Congresso, ao invés de os aumentos do Judiciário constarem na proposta, os mesmos foram vetados e enviados na forma de anexo para mero conhecimento dos deputados e senadores. O governo pode recorrer da decisão no próprio STF.

De acordo com Rosa, devido à necessidade de votação da Lei Orçamentária, poderia haver atrasos caso ela determinasse que o Executivo refizesse a proposta e a reenviasse ao Congresso. Por isso, decidiu que os anexos para mero conhecimento devem ser encarados pelos congressistas como parte integrante da proposta.

No Supremo, os ministros tentam ampliar os próprios salários de R\$ 29,4 mil para R\$ 35,9 mil, o que representa um reajuste de 22%. Já está previsto um aumento para R\$ 30,9 mil.

O aumento pretendido pelo STF produziria um efeito cascata no Judiciário, já que o salário dos ministros do STF é base para o subsídio de ministros de outros tribunais superiores, juízes e desembargadores, além de membros de tribunais de contas.

Ao promover o corte, o Ministério do Planejamento disse que o Orçamento de 2015 precisaria dispor de R\$ 16,9 bilhões caso as propostas de aumento do Judiciário e do MPU fossem contempladas.

Houve casos semelhantes em 2012, quando a proposta de Orçamento de 2013 modificou os valores pleiteados pelo Ministério Público. O mesmo ocorreu, em 2011, quando o projeto de Orçamento de 2012 não incluiu a previsão de aumento para o Judiciário. Nos dois casos, a proposta inicial acabou sendo enviada ao Congresso.

01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

País condena 31% dos acusados de corrupção

Dados são de relatório do CNJ e abrangem processos iniciados até dezembro de 2012 pelo Judiciário de 19 Estados

Estatística é inédita no Brasil; percentual, no entanto, pode cair, já que os condenados têm direito a recorrer

FERNANDO RODRIGUES
DE BRASÍLIA

Relatório recém-divulgado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revela que 31% dos processos sobre corrupção nas Justiças estaduais (casos de improbidade e crimes contra a administração pública) resultaram em condenação dos réus, em julgamentos de janeiro a julho deste ano.

A meta da Justiça nos Estados era julgar 86.418 processos de corrupção iniciados até dezembro de 2012. Até julho de 2014, tinham sido julgados 30.911 (36% do total). No universo das 19 unidades da Federação que informaram dados completos, houve 6.107 condenações (31%).

Não há como afirmar se esse percentual de condenações é baixo ou alto por uma simples razão: nunca na história do Poder Judiciário brasileiro essa estatística esteve disponível dessa forma.

É necessário também ressaltar que os dados — embora mais completos do que nunca — continuam precários: só 19 das 27 unidades da Federação enviaram informações completas ao CNJ.

MELHORES E PIORES

Quando se observam os locais para os quais há estatísticas disponíveis, pode-se notar quais Justiças estaduais estão melhor ou pior em comparação com a média do país.

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por exemplo, informou ao CNJ ter julgado, de janeiro a julho de 2014, 1.030 processos sobre corrupção iniciados até dezembro de 2012 e decidido pela condenação em 33 — taxa de 3%.

Esse percentual baixo não é definitivo e deve cair, já que os condenados podem recorrer ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. A taxa de condenação por corrupção do Maranhão é a mais tímida entre os Estados compilados pelo CNJ.

O segundo Estado menos rigoroso com a punição de réus por corrupção é Alagoas. Até julho deste ano, o Tribunal de Justiça alagoano havia julgado 1.603 ações acumuladas sobre o tema. Em 199 (12%), houve condenação.

Não há dados precisos sobre o período exato em que os processos sobre corrupção foram iniciados nos Tribunais de Justiça dos Estados — por isso, é impossível dizer quanto tempo demorou para que os casos fossem julgados.

Também não há informações qualitativas sobre como foi o trâmite dos processos de corrupção em cada Estado, só números. Ainda assim, essa quantificação é uma novidade na Justiça brasileira e resultou em uma rica estatística, antes desconhecida.

EFICIÊNCIA

Quando se trata da eficiência para zerar a pilha de processos antigos sobre corrupção, descobre-se um parado-

xo. A Justiça alagoana, a segunda menos rigorosa para condenar, é a melhor do Brasil no quesito “limpar as gavetas”: os juízes conseguiram analisar 93% dos 1.723 processos que estavam na fila.

A unidade da Federação mais rigorosa para condenar réus em processos de corrupção é o Distrito Federal, com 421 condenações num total de 1.141 processos (52%).

Todos os dados são preliminares e se referem a decisões proferidas no período de janeiro a julho deste ano, no âmbito da Meta 4 do CNJ.

Aprovada pelos presidentes dos 90 tribunais brasileiros em 2013, essa meta tem por objetivo zerar nas Justiças estaduais o estoque de processos sobre corrupção iniciados até dezembro de 2012.

O Tribunal de Justiça da Bahia é o mais atrasado no cumprimento da meta. Segundo o levantamento do CNJ, até julho só 427 processos dos 7.202 na fila haviam sido resolvidos — taxa de 6%.

Há muita assimetria na informatização do Judiciário e na disposição dos presidentes das cortes em colaborar com o CNJ. O Tribunal de Justiça de São Paulo ficou de fora das estatísticas porque informou só dados de processos de segunda instância.

O pior exemplo vem do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que até julho não informara nenhum dado ao CNJ.

CONTINUA

01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O conselho esclarece que os tribunais não são obrigados a declarar suas estatísticas, mas há um compromisso assinado por seus presidentes para que o façam.

A Meta 4 do CNJ é menos rigorosa com a Justiça Federal e o STJ. Para eles, o objetivo é julgar 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

Os dados do Supremo não estão disponíveis para o CNJ, já que o STF não está submetido a ninguém e presta contas como e quando desejar.

Colaborou BRUNO LUPION, do UOL em Brasília

CONTINUA

01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

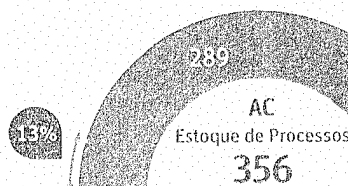
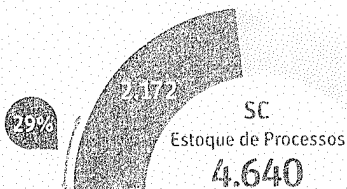
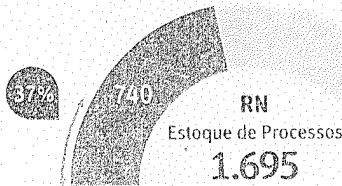
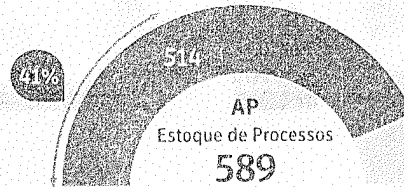
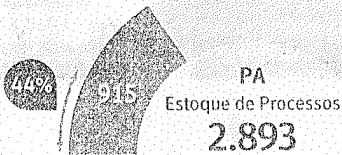
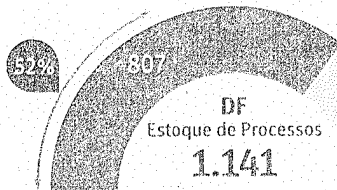
CONTINUAÇÃO

COMBATE À CORRUPÇÃO

Processos sobre corrupção iniciados até 31.dez.2012 nas Justiças Estaduais

■ Processos julgados

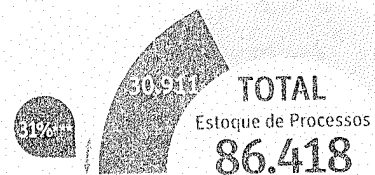
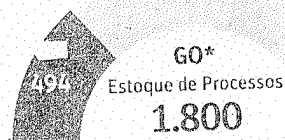
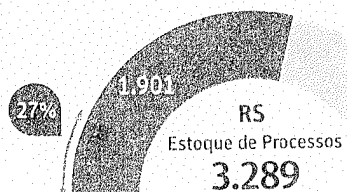
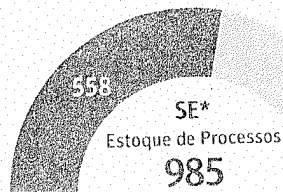
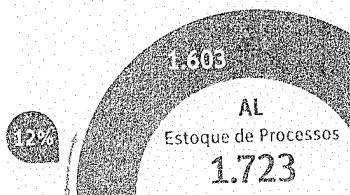
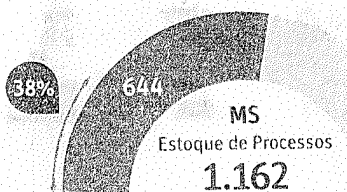
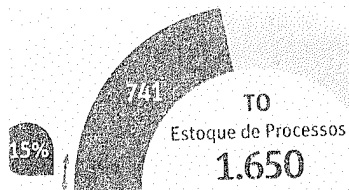
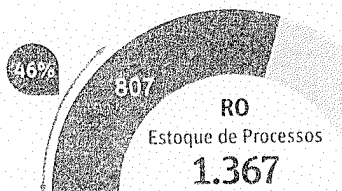
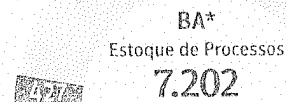
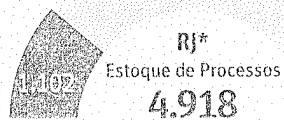
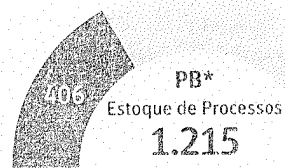
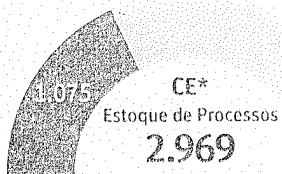
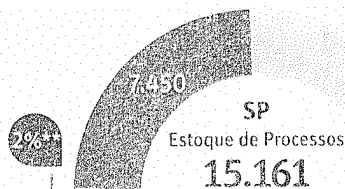
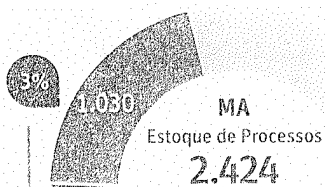
● Condenações em relação aos julgados



CONTINUA

01 NOV 2014 FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

Corrupção

01 NOV 2014

BRASÍLIA - Corrupção nunca acaba. Pode e deve ser combatida. Mas onde houver dinheiro e interesses, públicos e privados, sempre haverá algum tipo de roubalheira.

Em todos os anos pares (aqueles em que há eleição, como este de 2014), os brasileiros ficamos com a impressão de que a corrupção aumenta de forma exponencial. Tenho dúvidas a respeito dessa percepção.

É impossível medir se há hoje mais ou menos corrupção do que nos anos 1990. As instituições eram diferentes. Outro erro é idolatrar o período da ditadura militar (1964-1985) ou anteriores. Volta e meia nas redes sociais alguém diz que alguns generais morreram pobres, o que não prova nada. À época, centenas de empresas ganharam dinheiro fácil com a proteção indecente do mercado para a produção nacional incompetente, como na área de informática.

Durante a fase final da corrida presidencial, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) ficaram a um milímetro de se acusarem mutuamente de ladrões. Acho ótimo que petistas e tucanos duelem a respeito de quem foi mais ou menos leniente no governo com atos de corrupção.

É bom o assunto não sair de cena. Nada a ver com o udenismo regressivo do passado. Trata-se apenas de martelar o conceito de que o patrimônio público deve ser preservado para o bem comum dos cidadãos.

Nesta semana o Conselho Nacional de Justiça publicou uma compilação sobre processos de corrupção (improbidade e crimes contra a administração pública) que tiveram início até dezembro de 2012 e estavam ainda sem julgamento. Eram 86.418 processos nas Justiças estaduais. Até julho deste ano, 30.911 foram julgados. Houve 6.107 condenações. É pouco ou muito? Não se sabe, pois o levantamento nunca havia sido realizado antes — o que já é um sinal de que as coisas estão melhorando.

Esse é o problema do Brasil. O rumo parece correto, mas falta muito a percorrer e o progresso é lentíssimo.

01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Defensores públicos também receberão auxílio-moradia

Enquanto Judiciário aguardou decisão do STF,

Defensoria instituiu benefício por uma resolução de seu conselho

DE BRASÍLIA

Após Judiciário e Ministério Público terem regulamentado o pagamento de auxílio-moradia a seus membros, a Defensoria Pública da União também instituiu o benefício.

A partir de agora, todos os cerca de 550 defensores terão direito a uma ajuda de R\$ 4.377 por mês. O impacto anual aos cofres públicos será de cerca de R\$ 29 milhões.

Ao contrário de parte do Judiciário, que aguardou uma decisão do Supremo Tribunal Federal, no caso, do ministro Luiz Fux, para instituir o benefício, a Defensoria Pública o fez por meio de resolução de seu Conselho Superior.

A portaria sobre o auxílio-moradia foi publicada no "Diário Oficial da União" de quinta-feira (30). Lá, consta que os defensores públicos terão direito a pleitear o benefício, sendo assegurado o pagamento de valores retroativos ao dia 15 de setembro, data em que foi autorizado ao Judiciário por Fux.

As regras para auxílio-moradia são semelhantes às que regem os benefícios tanto do Judiciário quanto do Ministério Público Federal.

Serão oferecidos os R\$ 4.377 mil caso a Defensoria Pública da União não ofereça uma residência oficial ao defensor. Mas, como a Defensoria não possui imóveis, a expectativa é que todos passem a receber o benefício.

O auxílio-moradia só não será pago para aposentados, defensores afastados de suas funções, ou para aqueles cujos cônjuges já recebem um benefício semelhante do poder público.

A Defensoria Pública da União disse que a resolução de seu Conselho Superior que permitiu o pagamento foi aprovada após um pedido da Associação Nacional dos Defensores. (SEVERINO MOTTA)

01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

OAB quer inquérito sobre racismo na internet Ofensas a nordestinos foram feitas após eleição

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Marcus Vinícius Furtado Côelho, enviou à Polícia Federal um pedido de abertura de inquérito contra os responsáveis por dois perfis de redes sociais que ofenderam nordestinos.

A ordem usou a Lei de Racismo no ponto em que considera crime a discriminação por procedência nacional.

As ofensas foram postadas após a vitória eleitoral da presidente Dilma Rousseff (PT), quando uma série de tuítes e postagens do Facebook sugeriram a divisão do Brasil e a construção de um muro para separar o Nordeste e o Norte das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Após apuradas as urnas, Dilma teve ampla vitória nessas duas regiões, enquanto Aécio Neves (PSDB) venceu na maior parte dos Estados das demais, excluindo Minas Gerais e Rio de Janeiro.

OFENSAS

O presidente da OAB cita principalmente o perfil de "Regina Zouki Pimenta" no Facebook. Numa postagem o perfil diz desejar que o vírus Ebola chegue ao Brasil pelo Nordeste e "mate a todos".

"Bando de filhos da p... que destruíram nosso país e a economia por migalhas! Desejo que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfalos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o Ebola chegue ao Brasil pelo Nordeste e que mate a todos!", afirma a postagem.

Após a publicação, o perfil foi tirado do ar.

"Não podemos ser tolerantes com a intolerância. Somo um só Brasil. Essa representação possui caráter pedagógico, para impedir que outras manifestações de racismo regional sejam feitas", afirmou Côelho.

Além desse caso, a OAB também chama a atenção para postagens preconceituosas no Twitter, algumas em períodos anteriores ao dia da eleição. O crime de racismo tem uma pena prevista de um a três anos, mais multa.

A Folha não conseguiu contato com o dono do perfil Regina Zouki Pimenta.

0 1 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Pedido do PSDB para auditoria na eleição 'não é sério', diz ministro

Segundo corregedor do TSE, sigla não aponta falhas que justifiquem colocar processo em xeque

João Otávio de Noronha disse que todo o sistema já foi auditado, mas que disponibilizará mais informações ao partido

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro João Otávio de Noronha, afirmou nesta sexta-feira (31) que o pedido do PSDB para uma "auditoria especial" no resultado das eleições presidenciais não apresenta fatos que possam colocar em xeque o processo eleitoral.

Para o ministro, a ação protocolada na quinta-feira pelo partido no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é "incabível" e pode arranhar a imagem do país.

O texto, assinado pelo coordenador jurídico nacional do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP), diz que, após anunciada a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT), desconfianças propagadas nas "redes sociais" motivaram "descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica".

"O que ele [coordenador jurídico] não apresenta são fatos que possam colocar em xeque o processo eleitoral. Está colocando em passan-

Isso não é sério, então, não me parece razoável", afirmou o corregedor à Folha.

"O problema é que não estão colocando em xeque uma ou duas urnas, mas o processo eleitoral. É incabível. Se você colocar em xeque o sistema eleitoral, aponte o fato concreto que vamos apurar", completou o ministro.

Na ação, o tucano alegou que a "diferença" de três horas entre o encerramento da votação no Acre e os demais Estados que seguem o horário de Brasília e a margem apertada de diferença "acabaram por fomentar ainda mais as desconfianças".

Dilma foi reeleita na disputa presidencial mais acirrada desde a redemocratização do Brasil, derrotando Aécio Neves (PSDB) com 51,64% dos votos válidos (54,5 milhões de votos), ante 48,36% (51 milhões) obtidos pelo tucano.

Noronha disse que "parece grave" que a petição tenha sido protocolada na Justiça Eleitoral sem assinatura de Aécio e outros integrantes do partido. O ministro afirmou ainda que todo o processo para depósito das urnas, com códigos e chaves, foi devidamente acompanhado, sendo que todo o sistema foi verificado e auditado.

Segundo o corregedor, as informações referentes ao processo eleitoral já estão disponíveis na internet ou serão disponibilizados ao PSDB. Noronha, no entanto, afirmou que não vê motivo para autorizar a criação de uma comissão formada por técnicos indicados pelos partidos políticos para a fiscalização de todo o processo eleitoral.

REAÇÕES

O PSDB afirmou que não se trata de um pedido para recontagem dos votos, mas de medida para evitar que teorias de que houve fraude no processo continuem sendo alimentadas na internet.

Um dos líderes do PSDB, o governador reeleito Geraldo Alckmin (SP) disse não ter conhecimento sobre os documentos que embasaram o pedido do partido: "Eu não sei se existem fatos que podem indicar algum problema. Mas não tenho conhecimento detalhado sobre isso [o pedido de auditoria]", disse.

CONTINUA

01 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, criticou a oposição, afirmando que ela não reconhece a derrota nas urnas: "O PSDB está parecendo time que perde e depois põe a culpa no juiz", afirmou em petista, em nota publicada pelo partido no seu site.

O coordenador jurídico da campanha do PT, Flávio Caetano, disse que pedido dos tucanos é completamente infundado e defendeu o arquivamento da petição: "Não há previsão legal para isso. Os fatos elencados pelo PSDB são absolutamente frágeis, sem qualquer relação com a realidade das eleições".

PAINEL

Tiro no pé

O pedido de investigação das urnas eletrônicas gerou constrangimento entre políticos que apoiaram Aécio Neves. "Isso não ajuda a fortalecer as instituições. É preciso analisar com prudência o que é boato e o que é evidência", diz o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Samuel Moreira (PSDB). Sob anonimato, outros integrantes da oposição se referem ao pedido como "absurdo" e "burrada". Eles dizem temer que a ideia fique carimbada como choro de perdedor.

Confiança Presidente do TSE quando a urna eletrônica foi estreada, em 1996, o ministro Marco Aurélio Mello diz acreditar no sistema. "Até aqui, confio plenamente. Se surgir prova de fraude, darei a mão à palmatória", afirma.

Desconfiança O ministro ressalva que não vê problema no pedido de auditoria feito pelo PSDB. "Não dá para se entender que não cabe contestação em absoluto. Nada é infalível nesse mundo".

02 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Janot resiste a informar Congresso sobre delação

Chefe do Ministério Público diz que antes
vai oferecer denúncia ou arquivar caso

**Presidente da CPI da
Petrobras argumenta
que acesso a dados é
uma garantia dada pela
Constituição Federal**

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, disse a três parlamentares que só entregará ao Congresso Nacional cópias das delações premiadas do escândalo da Petrobras depois que formalizar uma denúncia sobre o assunto, o que não tem prazo determinado para ocorrer e pode nem mesmo ser feito.

A informação foi dada por Janot ao presidente da CPI da Petrobras, o senador Vital do Rêgo (PMDB-RN), e dois membros da comissão, o deputado Rubens Bueno (PPS-PR) e o senador José Agripino (DEM-RN), em reuniões diferentes no final de setembro.

“Janot colocou que o sigilo só poderia ser quebrado após a denúncia. Mas o acesso é um direito que nós temos”, disse Vital do Rêgo.

O presidente da CPI deu entrada a um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para tentar acesso aos papéis.

“Janot disse que só depois da denúncia. Não estimou quando isso vai ocorrer”, confirmou Bueno. “O ponto fundamental para a CPI desse caso todo são as delações”, disse Agripino.

Do atual estágio da investigação até a denúncia, há um longo caminho, que inclui a tomada de depoimentos, checagem de dados e diligências. Na melhor das hipóteses, esses procedimentos devem demorar muitos meses. Na pior, alguns anos.

Com a remessa das delações da Justiça Federal do Paraná para o STF, Rodrigo Janot —nomeado para o cargo em setembro do ano passado pela presidente Dilma Rousseff— se tornou o principal responsável pelo destino da investigação sobre as autoridades com foro privilegiado.

Citando jurisprudência, os ministros do tribunal têm escrito seguidamente em decisões que não cabe a eles recusar um pedido de arquivamento feito pelo procurador-geral. Significa dizer que, na prática, Janot tem o poder de “absolver” os citados em investigações com foro privilegiado, incluindo Dilma.

Quando o arquivamento é indicado por Janot no curso do inquérito, a recomenda-

ção tem sido seguida sempre por um único ministro, relator do inquérito, sem precisar passar pelas turmas ou pelo plenário do Supremo.

Levantamento feito pela Folha revela o arquivamento de pelo menos 82 inquéritos e ações penais relativas a parlamentares, ministros e ex-ministros do governo por decisão de Janot desde sua posse, há 13 meses.

Em 62 casos, o procurador-geral não viu provas suficientes para continuar as investigações. Em 16 casos, ele afirmou que houve a prescrição da possível e futura pena relativa ao caso. Nos casos restantes, o inquérito tramitou em segredo de Justiça do começo ao fim, de modo que nunca, com exceção das partes, será possível ao cidadão comum saber por que o inquérito foi instaurado e por que foi arquivado.

As 82 “absoluções” excluem arquivamentos motivados por perda do foro (quando a autoridade deixa o cargo) e três casos em que Janot não arquivou os autos, mas pediu que eles saíssem do STF para retornar à primeira instância, pois considerou fracos os indícios sobre os parlamentares.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A Procuradoria não comentou os números, sob o argumento de que, a pedido da reportagem, solicitou um levantamento que ficará pronto só na próxima terça (4)

02 NOV 2014

O OLHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

As incumbências do procurador-geral da República na investigação sobre a Petrobras



O QUE RODRIGO JANOT PODE FAZER

- Solicitar diligências à Polícia Federal
- Pedir a tomada de depoimentos
- Pedir a homologação de delações premiadas feitas pela Justiça Federal no Paraná
- Oferecer denúncia
- Pedir o arquivamento dos autos sobre alguns dos investigados ou sobre toda a investigação



Foto Reprodução



Daniel Marenco/Folha Press

PRÓXIMAS TAREFAS

- > Pedir ou recusar a homologação da delação premiada do doleiro Alberto Youssef
- > Decidir se investiga ou não casos de congressistas e outras autoridades federais que foram citadas nas delações

O QUE ELE JÁ RECUSOU

- > Compartilhar com a CPI da Petrobras os depoimentos da delação do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Ele afirmou que só repassará os documentos após oferecer a denúncia —o que não tem prazo para ocorrer

STF afirma que procurador pode arquivar ação

O poder do procurador-geral da República para determinar o arquivamento de inquéritos e ações sobre autoridades com foro privilegiado foi reafirmado em recentes decisões do Supremo Tribunal Federal.

“A jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no sentido de ser irrecusável o pedido de arquivamento do procurador-geral da República”, escreveu a ministra Cármen Lúcia no dia 14, ao arquivar inquérito sobre o deputado federal Eliene Lima (PSD-MT), investigado por suposta irregularidade na obtenção de licenciamento ambiental para uma fazenda.

A atividade do deputado foi captada em telefonemas interceptados com ordem judicial. Janot disse que não houve crime.

Em outro inquérito, o ministro Teori Zavascki, que relata os procedimentos das delações premiadas na Petrobras, concluiu em abril que “é irrecusável a promoção de arquivamento do inquérito policial, das peças de informação ou da comunicação de crime solicitada pelo Ministério Público”.

No fim de setembro, porém, o ministro Marco Aurélio expressou contrariedade ao ver Janot pedir o arquivamento de uma ação aberta a partir de denúncia feita pelo antecessor de Janot, Roberto Gurgel.



ARQUIVAMENTOS EM SÉRIE

Desde que tomou posse no cargo, em setembro de 2013, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já pediu o arquivamento de ao menos 82 investigações contra congressistas e ministros

Em pelo menos 42 outros casos, ele pediu novas diligências, ofereceu denúncia ou declinou sua competência porque o congressista deixou o mandato

02 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

 contraponto

O biscoito do deputado

Ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer passou boa parte de sua gestão tentando aprovar uma emenda constitucional para barrar os processos repetitivos. O deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), dono de uma fábrica de biscoitos, relatou o texto na Câmara.

Um dia, o parlamentar foi a uma reunião no STJ carregado de guloseimas. Enquanto Fischer discursava, um deputado gaiato ergueu um biscoito e pediu aparte:

—Nobre deputado Sandro Mabel, sinto informá-lo e aos presentes, mas sua rosquinha está queimada.

A reunião teve que ser interrompida.

03 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA GILMAR MENDES

O STF não pode se converter em uma corte bolivariana

MINISTRO DIZ QUE SUPREMO PODERIA DEIXAR DE SER CONTRAPESO PARA APENAS CHANCELAR O EXECUTIVO CASO TENHA 10 DE SEUS 11 MEMBROS INDICADOS PELO PT

ENTREVISTA DA 2ª
GILMAR MENDES

STF não pode se converter em uma corte bolivariana

O Supremo Tribunal Federal pode vir a se tornar uma "corte bolivariana" se o PT nomear 10 de seus 11 membros. Quem diz é o ministro Gilmar Mendes, 58, o único ministro que, nessa hipotética formação, não seria indicado por Lula ou Dilma. Para ele, a corte corre o risco de passar a apenas chancelar as vontades do Executivo.

VALDO CRUZ
SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) corre o risco de tornar-se uma "corte bolivariana" com a possibilidade de governos do PT terem nomeado 10 de seus 11 membros a partir de 2016.

A afirmação é do único personagem desta conta hipotética a não ter sido indicado pelos presidentes petistas Lula e Dilma Rousseff: o ministro Gilmar Mendes, 58.

RAIO-X
GILMAR MENDES

IDADE
58

NASCIMENTO
Diamantino (MT)

FORMAÇÃO
Bacharel e mestre em Direito (UnB)

CARREIRA
Advogado-geral da União de 2000 a 2002 (governo FHC); ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) desde 2008; presidente do STF entre 2008 e 2010.

Indicado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 2002, ele teme que, a exemplo do que ocorre na Venezuela, o STF perca o papel de contrapeso institucional e passe a "cumprir e chancelar" vontades do Executivo.

A expressão bolivarianismo serve para designar as políticas intervencionistas em todas as esferas públicas preconizadas por Hugo Chávez (1954-2013) na Venezuela e por aliados seus, como Cristina Kirchner, na Argentina.

"Não tenho bola de cristal, é importante que [o STF] não se converta numa corte bolivariana", disse. "Isto tem de ser avisado e denunciado."

Sobre a eleição, Mendes fez críticas a Lula ao comentar representação do PSDB contra o uso, na propaganda do PT, de um discurso do petista em Belo Horizonte com ataques ao tucano Aécio Neves.

Lula questionou o que o Aécio fazia quando Dilma lutava pela democracia e o associou ao consumo de álcool. Ao lembrar do caso, Mendes disse: "Diante de tal absurdo, será que o autor da frase também passaria no teste do bafômetro? Porque nós sabemos, toda Brasília sabe, eu convivi com o presidente Lula, de que não se trata de um abstêmio", afirmou.

CONTINUA

Folha — Durante a campanha, o PT acusou o senhor de ser muito partidário.

Gilmar Mendes — Não, de jeito nenhum. Eu chamei atenção do tribunal para abusos que estavam sendo cometidos de maneira sistemática e que era necessário o tribunal balizar. Caso, por exemplo, do discurso da presidente no Dia do Trabalho e propagandas de estatais com mensagem eleitoral. O resto, como sabem, sou bastante assertivo, às vezes até contundente, mas é minha forma de atuar. Acredito que animei um pouco as sessões.

Animou como?

Chamei atenção para que a gente não tivesse ali uma paz de cemitério.

O que quer dizer com isto?

Saí do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2006. Não tenho tempo de acompanhar, mas achei uma composição muito diferente daquilo com que estava acostumado. Um ambiente de certa acomodação. Talvez um conformismo. Está tudo já determinado, devemos fazer isso mesmo que o establishment quer.

Diria que o TSE estava tendendo a apoiar coisas do governo?

Fundamentalmente chegava a isso. Cheguei a apontar problemas nesse sentido.

O PT criticou sua decisão de suspender direito de resposta contra a revista "Veja".

A jurisprudência era não dar direito de resposta, especialmente contra a imprensa escrita. Quando nos assustamos, isso já estava se tornando quase normal. Uma coisa é televisão e rádio, concessões. Outra coisa é jornal ou revista. O TSE acabou ultrapassando essa jurisprudência e banalizou.

Quando diz que banalizou a interferência na imprensa, acredita que avançou sobre a liberdade de expressão?

Quanto ao direito de resposta em relação a órgãos da imprensa escrita, certamente. Mas temos de compreender o fato de se ter que decidir num ambiente de certa pressão. E todo esse jogo de pressão. A campanha se tornou muito tensa. Talvez devamos pensar numa estrutura de Justiça Eleitoral mais forte, uma composição menos juvenil.

Qual sua avaliação da eleição?

Tenho a impressão que se traça um projeto de campanha. Se alguns protagonistas não atuarem, inclusive como poder moderador, o projeto se completa. Eu estava na presidência do tribunal quando da campanha da presidente Dilma [de 2010]. O que ocorreu? Havia necessidade de torná-la conhecida. O presidente Lula, então, inaugurava tudo. Até buracos. Quando a Justiça começou a aplicar multas, ele até fez uma brincadeira: "Quem vai pagar minhas multas?" O crime compensava. Foi sendo feita propaganda antecipada, violando sistematicamente as regras. Agora havia também um projeto. Chamar redes para pronunciamentos oficiais, nos quais vamos fazer propaganda eleitoral. A mensagem do Dia do Trabalho tem na verdade uma menção ao 1º de maio. O resto é propaganda de geladeira, de projetos do governo.

O sr. não exagerou nas críticas ao ex-presidente Lula no julgamento de uma representação do PSDB, quando chegou a perguntar se ele teria feito o teste do bafômetro?

O presidente Lula, no episódio de Belo Horizonte, faz uma série de considerações.

Houve uma representação [do PSDB]. Ele chegou a perguntar onde estava o Aécio enquanto a presidente Dilma estava lutando pela democracia nos movimentos da luta armada. A representação lembrava que Aécio tinha 8 ou 10 anos. Ela trouxe elementos adicionais da matéria, de que teve um texto de uma psicóloga que dizia que ele [Aécio] usava drogas, que era megalomaniaco. E Lula falou também do teste do bafômetro. Diante de tal absurdo, [eu disse] "será que o autor da frase também passaria no teste do bafômetro?" Porque sabemos, toda Brasília sabe, eu convivi com o presidente Lula, de que não se trata de um abstinente.

O PT criticou muito suas falas sobre o ex-presidente.

Estávamos analisando só o caso. Em que ele reclamou de alguém que saiu do jardim de infância não ter atuado na defesa da presidente Dilma. Quem faz este tipo de pergunta ou quer causar um impacto enorme e contrafactual ou está com algum problema nas faculdades mentais.

Em dois anos o sr. será o único ministro do STF não indicado por um presidente petista. Muda alguma coisa na corte?

Não tenho bola de cristal, é importante que não se converta numa corte bolivariana.

Como assim?

Que perca o papel contramajoritário, que venha para cumprir e chancelar o que o governo quer.

Há mesmo este risco?

Estou dizendo que isto tem de ser avisado e denunciado.

CONTINUA

03 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Há algum sinal disso?

Já tivemos situações constrangedoras. Acabamos de vivenciar esta realidade triste deste caso do [Henrique] Pizzolato [a Justiça italiana negou sua extradição para cumprir pena no Brasil pela condenação no mensalão]. Muito provavelmente tem a ver com aquele outro caso vexaminoso que decidimos aqui, do [Cesare] Battisti [que o Brasil negou extraditar para Itália], em que houve clara interferência do governo.

No mensalão, um tribunal formado em sua maioria por indicados por petistas condenou a antiga cúpula do PT.

Sim, mas depois tivemos uma mudança de julgamento, com aqueles embargos, e com a adaptação, aquele caso em que você diz que há uma organização criminosa que não pode ser chamada de quadrilha.

Ao falar de risco bolivariano, não teme ser acusado de adotar posições a favor do PSDB?

Não, não tenho nem vinculação partidária. A mim me preocupa a instituição, não estou preocupado com a opinião que este ou aquele partido tenha sobre mim.

A aprovação da proposta que passa a aposentadoria compulsória de ministros do STF de 70 para 75 anos não reduz esse risco, já que menos ministros se aposentariam logo?

Não tenho segurança sobre isto, é uma questão afeita ao Congresso. O importante é que haja critérios orientados por princípios republicanos.

O STF deve analisar outro caso de corrupção, na Petrobras. Como avalia esta questão?

A única coisa que me preocupa, se de fato os elementos que estão aí são consistentes, é que enquanto estávamos julgando o mensalão já estava em pleno desenvolvimento algo semelhante, talvez até mais intenso e denso, isso que vocês estão chamando de Petrolão. É interessante, se de fato isso ocorreu, o tamanho da coragem, da ousadia.

“ [Eu disse] ‘será que o autor da frase [Lula] também passaria no teste do bafômetro?’ Sabemos, toda Brasília sabe, eu convivi com o presidente Lula, de que não se trata de um abstermício

“ Enquanto estávamos julgando o mensalão, já estava em desenvolvimento algo semelhante, talvez até mais intenso, isso que chamam de Petrolão. É interessante, se de fato isso ocorreu, o tamanho da coragem

03 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

A oposição de bengala

RICARDO MELO

A tentativa de enfraquecer os vencedores das eleições diz muito sobre a batalha política pela frente

TEVE ARES de tragicomédia a manifestação de sábado (1º) na avenida Paulista, em São Paulo. Seus objetivos democráticos foram resumidos nas faixas exibidas. “Impugnação ou intervenção militar”; “A maior fraude da história”; “Impeachment já”. Hoje transformado em cordeiro devidamente emasculado, um artista exigia aos brados uma recontagem de votos. Que o ato tenha ocorrido na véspera do Dia de Finados compõe uma daquelas coincidências autoexplicativas.

Assiste-se a um espetáculo curioso desde a eleição. É como se Dilma Rousseff não tivesse ganho. Na ausência de votos, setores da oposição parecem levar a sério o mantra de Carlos Lacerda, transformado em estribilho pelas viúvas do golpismo. O político sugestivamente apelidado de corvo dizia mais ou menos isso a adversários: “Não pode ser candidato; se for candidato, não pode se eleger; se for eleito, não pode tomar posse; se tomar posse, não pode governar”.

Descontada a falta de originalidade — nada como o passado quatro estrelas —, a coreografia dos derrotados é sugestiva. O pedido de recontagem de votos feito pelo PSDB nem sequer merece comentários. Demonstrassem os tucanos tanta celeridade para investigar seus próprios e verdadeiros esqueletos, certamente o país já estaria melhor.

A outra “novidade” é a articulação para desencavar uma emenda estabelecida na Câmara desde 2006 sobre a aposentadoria de ministros do Supremo Tribunal Federal, a “PEC da bengala”. Pela regra atual, a ida-

de limite para o cargo é de 70 anos. Feitas as contas, de repente, não mais que de repente (com oito anos de atraso!), a oposição “descobriu” que o governo Dilma terá a chance de nomear cinco novos ministros da corte.

Ponha-se de lado a acusação implícita de que o Planalto pretende domesticar o Judiciário. Isso seria baixaria, e a turma fraca de urna é incapaz de crítica tão vil... Esqueça-se também que o Supremo protagonizou no dito mensalão episódios de envergonhar figuras como Sobral Pinto e mesmo Tancredo Neves, caso ainda vivos. Detalhe: vários ministros indicados pelo próprio governo petista endossaram condenações de réus na AP 470.

Fica evidente a vontade de fatias oposicionistas de achar qualquer atalho para concretizar o rito lacerdista. Sorte que vivemos outra conjuntura, o povo não é bobo e falta aos candidatos a golpista alguém com a esper-teza de um Lacerda. Por mais que tente ocupar espaço parecido e vender gato por lebre, Aécio Neves sai como um dos grandes perdedores. Derrotado em seus dois estados do coração — Minas Gerais e Rio, não necessariamente nesta ordem — e humilhado mesmo em Pernambuco de Eduardo Campos, foi salvo de um vexame maior, olha só, pelo volume morto de Alckmin. Num partido de caciques emplumados, é fácil enxergar quem triunfou na oposição.

Em benefício da dúvida, recomenda-se esperar a poeira baixar antes de prognósticos definitivos. O novo

mandato de Dilma Rousseff promete uma luta ainda mais renhida pelo poder. A seu favor, o PT tem a vitória indiscutível nas urnas e uma série de realizações no campo social. Contra o partido, há as dificuldades econômicas reconhecidas por todos, um Congresso sempre cheio de surpresas e fraturas internas que cobram uma dedetização profunda baseada na Justiça. Nada impossível de superar, bem entendido. Desde que a luz do dia ilumine as sombras de negociatas com as elites de plantão.

31 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

TJ anula condenação de ex-diretor e de funcionários de seguradora

Tribunal considerou que juíza havia condenado réus por crime que não estava na denúncia

Porto Seguro diz ter recebido 'positivamente a notícia de absolvição'; magistrada afirma que anulações são comuns

ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou nesta quinta (30) a sentença de primeira instância que condenava a até 11 anos de prisão um grupo suspeito de um esquema de fraude contra clientes da seguradora Porto Seguro.

De acordo com o Ministério Público e advogados ouvidos pela **Folha**, a anulação se deu por um erro processual da juíza, que condenou nove dos dez réus por um crime não descrito na denúncia.

Os suspeitos foram denunciados sob suspeita de, entre outros crimes, estelionato (com pena de 1 a 5 anos de prisão). A juíza Sônia Fernandes Fraga, porém, os condenou por extorsão, que é um crime mais grave e, consequentemente, tem pena maior —de 4 a 10 anos).

“O TJ anulou com razão. Nem vou recorrer. Técnica-

4 Em 2012, funcionários da Porto e policiais acusados de participar do esquema fo-

ram condenados em primeira instância. Nesta quinta (30), o juiz não pode piorar a situação do réu sem ouvir o Ministério Público”, disse o procurador Paulo Juricic.

Segundo ele e advogados, essa alteração de crimes só pode ser feita pela Promotoria, e não pela magistrada, que deveria ter devolvido o processo.

“O tribunal está correto. O advogado defende determinada imputação. A juíza não poderia alterar a fundamentação para condenar outro tipo penal”, afirmou o advogado Marcio Kayatt, especialista em direito processual.

Por meio de assessoria, Sônia disse que sua sentença foi baseada em análise profunda do caso e que é normal o TJ reformar ou anular decisões de primeira instância.

“Foi um julgamento histórico. Repara uma acusação injusta”, disse Alberto Toron, defensor de um dos policiais.

Para apenas um réus a acusação incluía extorsão. O TJ, no caso dele, analisou o mérito e o inocentou por falta de provas.

Haviam sido condenados três delegados, um escrivão, quatro funcionários da Porto Seguro (um ex-diretor jurídico) e um prestador de serviço da empresa —outro pres-

tador é o absolvido na análise de mérito. Todos negavam as acusações.

Segundo a Promotoria, o esquema funcionava para que a seguradora deixasse de indenizar vítimas de roubo de veículo. Com documentos falsos, o grupo abria inquérito contra as vítimas alegando que tentavam fraudar os seguros.

A Porto Seguro diz ter recebido “positivamente a notícia da absolvição [dos ex-funcionários], pois tem convicção de que a base do trabalho de uma seguradora é a credibilidade que corretores e clientes nela depositam”.

ENTENDA O CASO

- 1** Em 5 anos, cerca de 600 inquéritos foram abertos para investigar pessoas suspeitas de vender seus carros no Paraguai antes de pedir indenização à Porto Seguro por roubo ou furto de veículo
- 2** Para a Promotoria, as investigações foram montadas com documentos falsos para intimidar as vítimas e não pagar indenizações
- 3** Em cerca de 120 desses casos, a Promotoria constatou que a suposta negociação no Paraguai foi “comprovada” com papéis falsos. Seguradora negava acusações

ram condenados em primeira instância. Nesta quinta (30),

o Tribunal de Justiça anulou a sentença por erro processual

31 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

Órgão do Ministério Público abre processo contra procurador

Rodrigo de Grandis deixou parado pedido de cooperação da Suíça em investigação sobre cartel dos trens em SP

Grandis pode receber a pena de censura, a segunda mais branda na lista de punições da Procuradoria

FREDERICO VASCONCELOS
FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) abriu processo disciplinar contra o procurador da República Rodrigo de Grandis por entender que há indícios de que ele descumpriu dever legal de sua função ao deixar parado por quase três anos um pedido de investigação da Suíça relativo ao caso Alstom.

O despacho do CNMP (órgão de controle externo do Ministério Público) aponta que ao final do caso Grandis pode receber a pena de censura, a segunda mais branda na lista de punições para procuradores e promotores.

A abertura do processo administrativo disciplinar contra Grandis foi determinada pelo corregedor do CNMP Alessandro Tramujas Assad na última sexta-feira (24).

A medida encerra a sindicância iniciada em novembro do ano passado após a Folha revelar o engavetamento do

pedido da Suíça. Agora Grandis terá a oportunidade de apresentar sua defesa.

O despacho do corregedor do CNMP indica "violação, em tese", dos deveres de "cumprir os prazos processuais", "desempenhar com zelo e probidade as suas funções" e "adotar as providências cabíveis em face das irregularidades de que tiver conhecimento ou que ocorrerem nos serviços a seu cargo".

A sindicância do CNMP teve desfecho diferente da apuração interna do Ministério Público Federal, que arquivou o caso em abril por entender que a conduta de Grandis não prejudicou as investigações e não houve falta funcional do procurador.

Em ordem de gravidade, as penas aplicáveis aos promotores e procuradores brasileiros são de advertência, censura, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria.

FALHA ADMINISTRATIVA

Em outubro de 2013, a Folha informou que procuradores da Suíça se cansaram de esperar pela cooperação de Grandis por quase três anos e arquivaram as investigações sobre acusados de distribuir propina da multinacional francesa Alstom para servidores e políticos do PSDB.

O requerimento feito pelas autoridades suíças em fevereiro de 2011 foi para que o Ministério Público brasileiro interrogasse quatro suspeitos do caso, analisasse sua movimentação financeira no país e fizesse buscas na casa de João Roberto Zaniboni, que foi diretor da estatal CPTM entre 1999 e 2003, nos governos do PSDB de Mário Covas e Geraldo Alckmin.

Após a indagação da reportagem no ano passado, a explicação de Grandis foi a de que o gabinete dele cometeu uma "falha administrativa" que levou o pedido da Suíça a ser arquivado numa pasta errada e assim ficar parado.

Após a divulgação do fato, o CNMP e o Ministério Público Federal iniciaram apurações e a cooperação jurídica com a Suíça foi retomada.

DEFESA

O procurador Rodrigo de Grandis informou que ainda não foi comunicado sobre a instauração do processo.

"Não obstante, tenho convicção que prevalecerá a decisão da Corregedoria do Ministério Público Federal no sentido de que não cometi qualquer falta funcional ou mesmo prejuízo para as investigações do caso Alstom", afirmou o procurador.

CONTINUA

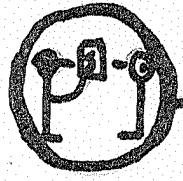
31 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

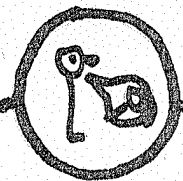
TEMPO PERDIDO

Falta de cooperação de autoridades brasileiras atrasou investigação sobre a Alstom



A INVESTIGAÇÃO

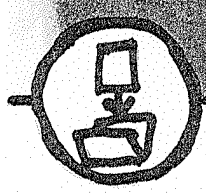
Em 2008, o Ministério Público da Suíça informou às autoridades brasileiras que havia indícios de que a multinacional francesa Alstom pagou propina a funcionários do governo do Estado de São Paulo para obter contratos nas áreas de energia e transporte



OS PEDIDOS

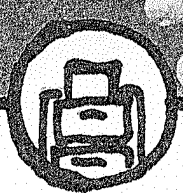
Em fev. 2011, os suíços pediram ao Ministério Público Federal brasileiro que interrogasse quatro suspeitos do caso, analisasse sua movimentação financeira no Brasil e fizesse buscas na casa de um ex-diretor da CPTM, João Roberto Zaniboni

Rodrigo de Grandis, procurador da República



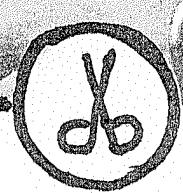
A FRUSTRAÇÃO

Segundo o procurador Rodrigo de Grandis, que investiga a Alstom no Brasil, o pedido da Suíça foi arquivado numa pasta errada e isso só foi descoberto quase três anos depois, quando as autoridades brasileiras começaram a cobrar explicações sobre os pedidos



O QUE ACONTECEU

Cansadas de esperar pela ajuda do Brasil, as autoridades suíças chegaram a arquivar parte das investigações. Após o caso vir à tona, em out. 2013, a Procuradoria-Geral da República interveio e negociou a retomada da cooperação com a Suíça



SANÇÕES

Após investigar a conduta de Grandis no caso, o Conselho Nacional do Ministério Público decidiu abrir processo disciplinar contra o procurador. Grandis, que havia sido mantido no caso Alstom, chegou a denunciar, em fev. 2014, 12 pessoas por envolvimento em esquema de pagamento de propinas



31 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO PSDB pede 'auditoria especial' de resultado das eleições ao TSE

Medida visa evitar acusações de fraude na internet, diz coordenador jurídico da sigla

Quatro dias após a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT), o PSDB entrou nesta quinta (30) no Tribunal Superior Eleitoral com um pedido de "auditoria especial" no resultado das eleições.

A ação, assinada pelo coordenador jurídico nacional do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP), pede que seja autorizada a criação de uma comissão formada por técnicos indicados pelos partidos políticos para a fiscalização de todo o processo eleitoral.

O PSDB argumenta que não coloca em dúvida a lisura da apuração e o trabalho do TSE, mas justifica que, depois de anunciada a vitória da petista, surgiram "denúncias e desconfiâncias", especialmente nas redes sociais.

Sampaio afirmou que não se trata de recontagem dos votos, mas de medida para evitar que teorias de que houve fraude no processo continuem sendo alimentadas e pondo em xeque a postura adequada da Justiça Eleitoral.

"Nas redes sociais, os cidadãos brasileiros vêm expressando (...) descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica, baseando-se em denúncias das mais variadas ordens", afirma o texto.

No documento, o tucano alega que a diferença de três horas entre o encerramento da votação no Acre e os demais Estados que seguem o horário de Brasília e a margem apertada de diferença "acabaram por fomentar ainda mais as desconfiâncias".

A ação afirma ainda que o intuito da auditoria é "dissipar quaisquer dúvidas sobre a intervenção de terceiros na regularidade do processo".

Dilma foi reeleita na disputa presidencial mais acirrada desde a redemocratização do Brasil, derrotando Aécio Neves (PSDB) com 51,64% dos votos válidos (54,5 milhões de votos), ante 48,36% (51 milhões) obtidos pelo tucano.

31 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO Prazos de tolerância

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deu passo significativo para modernizar o modo com que a questão das drogas é tratada no Brasil.

Em sessão na quarta-feira (29), aprovou-se o parecer do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que estipula critérios objetivos para diferenciar o traficante do mero usuário de entorpecentes.

A omissão legislativa quanto a esse ponto vinha tornando praticamente inócuos os avanços obtidos na lei 11.343, de 2006. Já se determinava, naquele momento, que só traficantes fossem punidos com a prisão (até 15 anos), reservando-se para consumidores de drogas o encaminhamento para cuidados médicos ou psicológicos.

Todavia, inexitem parâmetros claros para distinguir uns de outros, o que abre às autoridades larga margem para o exercício do arbítrio, do achaque e do preconceito.

Alguns gramas de maconha no bolso de um jovem negro tendem a fundamentar sua condenação como traficante, mas a mesma quantidade na "nécessaire" de uma profissional bem-sucedida não provocaria efeitos tão nocivos sobre sua vida e sua reputação.

Enquanto isso, cresce o núme-

ro de pessoas encarceradas por envolvimento com drogas no Brasil. Do mais de meio milhão de presos que havia no país em 2012, cerca de 25% (138 mil pessoas) perderam a liberdade por esse motivo; eram 17% em 2008. É duvidoso que tal contingente correspondesse, com exclusividade, a narcotraficantes.

Cabe lembrar ainda os casos de quem, mesmo sem sofrer condenação judicial, passa pela experiência de ser tratado como criminoso pela posse, ainda que modesta, de alguma substância proibida.

Pelo texto aprovado na CCJ, estabelece-se no equivalente a cinco dias de consumo a quantidade de drogas que deve ser considerada de uso pessoal. Embora exista quem defenda a extensão desse prazo de tolerância para dez dias, a iniciativa ao menos concede à lei em vigor uma real efetividade prática.

Outro prazo de tolerância, porém, estende-se de modo injustificado. É o da tramitação da proposta, que ainda passará por quatro comissões do Senado antes de ir a plenário e, em caso de aprovação, ser examinada pelos deputados.

Sem ser causada pelo ópio ou outro poderoso preparado químico, a letargia do legislador não deixa de ser preocupante e patológica.

01 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Paraná é o 4.º pior estado em julgar casos de corrupção

Paulo Galvez da Silva,
especial para a Gazeta do Povo

Relatório parcial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que o Paraná é um dos estados mais atrasados no cumprimento de uma das metas estabelecidas para 2014, que é julgar todos os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública iniciados até dezembro de 2012. Dos 5.219 processos acumulados até essa data na Justiça estadual — que colocavam o Paraná em 5º lugar no ranking de processos “em estoque” —, foram julgados 1.142 ou 22% do total. Com esse desempenho, o Judiciário do estado aparece como o 4.º pior do país, à frente apenas de Bahia, Piauí e Rio de Janeiro (Mato Grosso não divulgou as informações).

Ao todo, os tribunais estaduais tinham se comprometido a julgar 86.418 processos. Apesar do compromisso, apenas 30.911 foram analisados. A média nacional é de 36% e se refere aos processos julgados até julho. Os dados foram informados pelos próprios tribunais ao CNJ. O prazo para o atingimento da meta vai até 31 de dezembro.

Entre os 26 estados e o Distrito Federal, Alagoas foi o que mais se aproximou da meta: 93% dos processos acumulados no estado foram julgados. O pior resultado foi o da Bahia, que atingiu apenas

6% da meta. Dos 7.202 processos iniciados no estado até dezembro de 2012, somente 427 foram julgados.

Condenações

No Distrito Federal, 52% dos processos resultaram em condenações. É o maior índice entre os estados. Os piores indicadores são da Justiça estadual do Maranhão. Lá, em apenas 3% dos casos julgados houve condenados. Alagoas, o que mais julgou, foi o segundo estado que menos condenou, com 12%. Nesse item, porém, oito estados não informaram dados. O Paraná condenou réus em 359 dos 1.142 processos julgados. Com 31% de condenações, o estado igualou a média nacional. O índice coloca o Paraná em nono lugar entre os que mais condenaram.

Como o levantamento não inclui os processos que começaram a tramitar após dezembro de 2012, não é possível precisar quantos casos aguardam julgamento atualmente. Também não é possível saber em que data exata, antes de dezembro de 2012, os processos começaram a tramitar. Ou seja, não há como saber se os tribunais foram ágeis ou morosos. Os dados completos serão divulgados pelo CNJ no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário nos dias 10 e 11 de novembro, em Santa Catarina.

Contatado via assessoria de comunicação, o Tribunal de Justiça do Paraná não comentou o relatório.

DESEMPENHO

Veja os melhores e os piores desempenhos da Justiça estadual nos julgamentos de casos de corrupção.

359

réus foram condenados no estado em ações de 2012.

22%

da meta estabelecida pelo CNJ para 2014 foi cumprida pelo Tribunal de Justiça paranaense para casos de corrupção.

Fonte: CNJ.
Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

01 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

	Processos acumulados em 31 dez 2012	Processos julgados		Meta até 31 dez 2014	Condenações	
		Total até jul/2014	Julgados em relação ao acumulado (%)		Total	Em relação aos julgados (%)
Alagoas	1.723	1.603	93		199	12
Amapá	589	514	87		209	41
Acre	356	289	81		38	13
Distrito Federal	1.141	807	71		421	52
Rondônia	1.367	807	59		372	46
Pernambuco	4.560	1.106	24		143	13
Paraná	5.219	1.142	22		359	31
Rio de Janeiro	4.918	1.102	22		n.i.	n.i.
Piauí	1.548	229	15		64	28
Bahia	7.202	427	6		n.i.	n.i.
TOTAL	86.418	30.911	36		6.107	31

01 NOV 2014

» LIMINAR

GAZETA DO POVO

STF manda Congresso

votar orçamento com

reajuste a juízes e ao MP

Decisão do Supremo obriga a análise da versão original da previsão orçamentária, sem os cortes feitos pela presidente Dilma

BRASÍLIA
Agência O Globo

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o Congresso Nacional vote a previsão orçamentária para 2015 do Judiciário e do Ministério Público conforme proposto pelo STF e pela Procuradoria Geral da República, e não a versão com cortes efetuados pela presidente Dilma Rousseff (PT). A proposta original inclui aumento salarial para servidores, juízes, promotores, procuradores e ministros de cortes superiores e do próprio Supremo.

O aumento dos salários do Judiciário foi aprovado em sessão administrativa do STF no dia 28 de agosto. Os vencimentos de ministros do Supremo correspondem ao teto do funcionalismo público, fixado em R\$ 29.462 desde janeiro deste ano. A proposta estabelece o novo valor de R\$ 35.919. O aumento é de 22%. Antes de

enviar o orçamento de 2015 para o Congresso, Dilma vetou os aumentos.

A decisão de Rosa Weber obriga o Congresso a analisar a versão enviada pelo STF e pela Procuradoria, mas não determina que a proposta seja aprovada. O plenário do STF ainda vai analisar o assunto, podendo manter ou derrubar a liminar da ministra no futuro. A decisão foi tomada a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

“Impõe-se o deferimento de liminar que assegure ao Poder Legislativo o conhecimento irrestrito das propostas orçamentárias apresentadas pelo Poder Judiciário, incluído o Conselho Nacional de Justiça, pelo Ministério Público da União e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, como integrantes do projeto de lei orçamentária anual de 2015”, escreveu a ministra. “É do Congresso Nacional o papel de árbitro da cizânia, pois, ao examinar, em perspectiva global, as pretensões de despesas dos Poderes e órgãos autônomos da União, exercerá o protagonismo que lhe é inerente na definição das prioridades”, concluiu.

Se aprovado no Congresso, o aumento vai refletir em toda a magistratura brasileira. Isso

porque os vencimentos da categoria funcionam de forma escalonada: o salário de ministros de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) corresponde a 95% dos salários de ministros do STF. Na mesma lógica, o salário de desembargadores de Tribunais de Justiça corresponde a 95% do valor pago a ministros de tribunais superiores. A primeira instância, por sua vez, recebe salário 5% menor que o pago aos desembargadores.

Decisão da ministra Rosa Weber será analisada pelo plenário do STF, que poderá manter ou derrubar a liminar.

CONTINUA

01 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BENEFÍCIO

Defensores públicos também receberão auxílio-moradia

Após Judiciário e Ministério Público terem regulamentado o pagamento de auxílio-moradia a seus membros, a Defensoria Pública da União também instituiu o benefício. A partir de agora, todos os cerca de 550 defensores terão direito a uma ajuda de R\$ 4.377 por mês. O impacto anual aos cofres públicos será de cerca de R\$ 29 milhões.

Ao contrário de parte do Judiciário, que aguardou uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para instituir o benefício, a Defensoria o fez por meio de resolução de seu Conselho Superior. A portaria sobre o auxílio-moradia foi publicada no Diário Oficial da União de quinta-feira. Lá, consta que os defensores terão direito a pleitear o benefício, sendo assegurado o pagamento de valores retroativos ao dia 15 de setembro, data em que foi autorizado ao Judiciário pelo STF.

O auxílio-moradia só não será pago para aposentados, defensores afastados de suas funções, ou para aqueles cujos cônjuges já recebem um benefício semelhante do poder público.

GAZETA DO POVO

LÍVIA BRODBECK
THAÍSA OLIVEIRA

01 NOV 2014

Defensor público, uma vocação

Em 30 de outubro de 2013, tomaram posse os defensores públicos do primeiro concurso da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A responsabilidade desses membros não era pequena: além de estarem tomando posse em um cargo público, que por si só já demanda muitas responsabilidades, eles estavam desbravando território desconhecido, iniciando uma instituição importantíssima, que a Constituição Federal já trouxe desde 1988, mas que estava escassa dentro do Paraná, estado que, até então, só contava com dez defensores.

Neste momento, um ano após a posse, o saldo é extremamente positivo. Desde janeiro de 2014, a Defensoria Pública realizou mais de 30 mil atendimentos nas 20 comarcas em que atua, dentre os quais estão pedidos de vaga em creche, pedidos de medicamentos, divórcios, atendimentos a comunidades quilombolas, ribeirinhas, ciganas, a pessoas em situação de rua e muitos outros exemplos. Além disso, toda e qualquer pessoa que comparece a alguma sede da Defensoria conta com orientação jurídica e educação em direitos, pois a ciência da lei e dos direitos de cada um é o primeiro passo para a solução de conflitos.

Apesar de o saldo ser positivo, premente é a necessidade de melhorias estruturais para que o defensor público tenha melhores condições de trabalho. Primeiramente, deve-se lembrar que, segundo estudos da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), o Paraná deveria contar com 900 defensores para atender a população, mas hoje atua com apenas 76 membros. Para minimizar esse déficit, está sendo realizado o segundo concurso para ingresso na carreira de defensor público. A nomeação desses colegas será imprescindível para a expansão dos trabalhos da Defensoria. Fora isso, não se pode esquecer que a instituição não é feita apenas por defensores: no Paraná ainda está pendente a nomeação de diversos servidores para o quadro de apoio da Defensoria Pública, o que muito nos ajudará a atender com mais qualidade a população paranaense usuária dos nossos serviços.

Aos 74 aguerridos defensores públicos do estado do Paraná, pedimos que todos os dias, ao acordarem, façam a opção de serem defensores públicos. A escolha diária é necessária, pois se trata de uma opção de vida, considerando os tantos desafios que uma carreira recente acaba tendo de enfrentar, tanto a falta de estrutura quanto o desconhecimento por parte de toda a população e atores do sistema de Justiça em relação à instituição. Mais do que isso: buscar solucionar os problemas e demandas da população mais vulnerável requer sensibilidade, maturidade e qualificação. Realmente requer vocação. Parabéns pela escolha que fizeram há um ano, carreira mais gratificante no sistema de Justiça não há. Nas palavras do grande jurista Celso Antonio Bandeira de Mello, “não há nada mais nobre que a defensoria pública. (...) É a coisa mais linda que alguém pode fazer na vida. Se me voltassem os anos, eu seria um defensor público”.

À população paranaense: celebremos este primeiro ano. Não mais reside só no papel a intenção de estruturar a Defensoria Pública do Estado do Paraná. Muito ainda há a ser feito; no entanto, em apenas um ano, passos fecundos já foram dados no sentido de concretizar o acesso à Justiça da população vulnerável do estado do Paraná. Caminhemos com coragem na construção coletiva de uma Defensoria para todos.

Thaísa Oliveira e Lívia Brodbeck são defensoras públicas, presidente e vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Paraná (Adepar).

01 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» ITAPERUÇU

Juiz devolve cargo a vereador suspeito de 'criar' vaga

Vivian Faria,

especial para a Gazeta do Povo

Uma liminar do juiz Marcelo Teixeira Augusto, da comarca de Rio Branco do Sul, suspendeu ontem a decisão da Câmara de Vereadores de Itaperuçu que anulava o ato de posse dos vereadores José Augusto Liberato (SD) e José de Freitas (PRB). A recondução ao cargo deve ser imediata. Conforme a determinação, o decreto editado após a prisão de Liberato pela suposta fraude na criação das duas vagas ocupadas por ele e Freitas na Câmara é "ilegal e abusivo", porque a Casa não teria legitimidade para desfazer uma sentença da Justiça Eleitoral. Liberato foi preso em 16 de outubro pela Polícia Federal, mas conseguiu habeas corpus no dia seguinte. Segundo a PF, ele teria alterado o Diário Oficial publicado em um jornal de circulação local, "criando" duas vagas no Legislativo. Ele conseguiu assumir uma das vagas, enquanto a outra foi assumida por Freitas, que não teria ligação com a suposta fraude.

01 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Medo de perder a carteira deve frear ultrapassagens perigosas

A partir de hoje, essas e outras infrações estão sujeitas a multas mais pesadas, que podem chegar a R\$ 1.915, e outras punições

Katia Brembatti

▮ Mesmo com multas mais pesadas para racha e ultrapassagens forçadas, que podem chegar a R\$ 1.915, a partir de hoje, especialistas em educação para o trânsito acreditam que a possibilidade de perder o direito de dirigir é que pode fazer os motoristas repensarem a decisão de infringir regras. É o que pensa, por exemplo, Rodrigo Kozakiewicz, supervisor da coordenadoria de infrações do Detran. Ao acompanhar os cursos de reciclagem, ele percebeu que perder a carteira é o que mais assusta os motoristas.

Por exemplo, passou a resultar em suspensão imediata do direito de dirigir no caso em que a pessoa força passagem entre veículos em sentido contrário — que é quando o motorista está em um

ponto autorizado para a ultrapassagem, inicia a manobra e percebe que o veículo na pista contrária está muito perto e aí acelera, ao invés de interromper a ação. “Mais do que pesar no bolso, o risco de ficar sem dirigir pode levar pessoas a pararem de cometer infrações”, afirma. Contudo, ele lembra que muitos motoristas só respeitam a lei quando sabem que estão sendo fiscalizados — assim, garantir que as novas regras “não passem em branco” teria um poder simbólico.

Com a divulgação das mudanças nas regras, Kozakiewicz espera que as pessoas tenham mais cuidado. “Nos cursos de reciclagem, notamos que o motorista não tinha real noção das consequências de seus atos. Não é que não sabia que estavam fazendo algo errado. Na verdade, a grande maioria da população é de pessoas de bem, mas que cometem erros”, resume.

Noedy Bertazi, chefe da divisão de programas educativos do Detran, lembra que mesmo mais rigorosas a partir de agora, as punições ainda são pouco severas diante da gravidade das infrações — principalmente em casos que resultam em

acidentes. Ela identifica como perfil do motorista infrator, nos casos de rachas e ultrapassagens forçadas, principalmente homens jovens, em idade de exibicionismo, de autoconfiança e que creem na impunidade. “Por isso, enfatizo a importância da educação, para mudar comportamentos”, afirma. Ela conta que uma estratégia usada em cursos de reciclagem é fazer o motorista tentar se colocar no lugar da vítima.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

01 NOV 2014

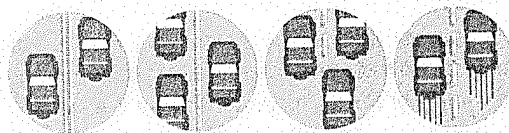
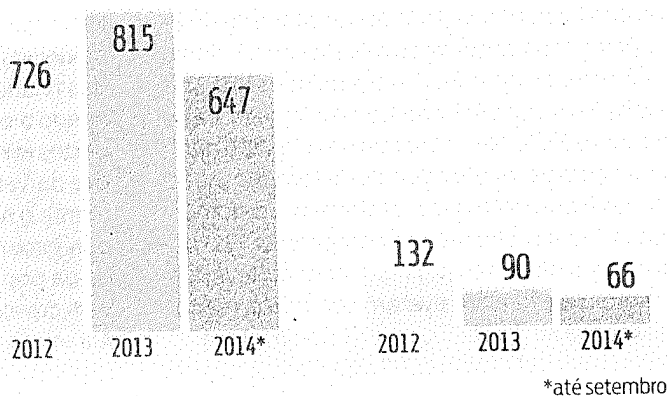
POUCAS, MAS GRAVES

Das 3 milhões de multas aplicadas por ano no Paraná, as infrações que envolvem racha ou forçar a ultrapassagem representam menos de 0,1% das sanções aplicadas. Contudo, tais atitudes arriscadas colocam em perigo a vida de muitas pessoas pois, quando geram acidentes, costumam ser fatais.

Multas por ano

Forçar passagem entre veículos transitando em sentido oposto

Disputar corrida por espírito de emulação



ultrapassar em lugar proibido ultrapassar pelo acostamento forçar ultrapassagem perigosa disputar corrida ("racha")

Valor antigo	R\$ 191,54	R\$ 127,69	R\$ 191,54	R\$ 574,62
Novo valor	R\$ 957,70	R\$ 957,70	R\$ 1.915,40	R\$ 1.915,40
Aumento	400%	650%	900%	233%
Pontos na carteira	7	7	7	7

Fonte: Detran e Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ESTRADAS

Punição por ultrapassar pelo acostamento será de R\$ 957

Entra em vigor hoje o aperto mais significativo da legislação brasileira de trânsito desde a adoção da lei seca, em 2008. Quem for flagrado disputando racha terá de pagar R\$ 1.915,40. Se as disputas deixarem mortos ou feridos, a punição poderá chegar a 10 anos de prisão. Já para ultrapassagem em local proibido ou pelo acostamento, o valor passa a ser de R\$ 957,70; e, em caso de reincidência, os valores serão dobrados. Das 11 alterações feitas pelo Congresso e sancionadas pela presidente Dilma Rousseff neste ano, seis se referem à mudança no valor das multas - quatro delas envolvendo ultrapassagens perigosas pelo acostamento, entre veículos, invadindo outro sentido ou pela direita. Houve alteração ainda nas multas para quem se envolver em racha ou promover disputas, passando de R\$ 547,62 e R\$ 957,70, respectivamente, para de R\$ 1.915,40. O valor ainda dobra em caso de reincidência. Em caso de lesão corporal grave durante essa infração, passa-se a prever reclusão de 3 a 6 anos; em caso de morte, a punição mínima será de 5 anos e a máxima, de 10 anos.

"As leis que temos não são ruins. Elas precisam de aperfeiçoamento. Fechar as brechas, como as que permitem tantos recursos judiciais."

Cristiane Yared, deputada federal eleita.

CONTINUA

BLITZE

Aplicação de sanções só é possível se houver reforço na fiscalização

Para marcar o momento de maior rigor no combate a atitudes perigosas no trânsito, órgãos de fiscalização pretendem intensificar as blitzes nos próximos dias. Eder Rodrigues, diretor de fiscalização da Secretaria Municipal de Trânsito (Setran), garante que ações conjuntas entre várias forças estão previstas. "Infelizmente, tem motorista que só se importa quando sente no bolso o peso da multa. Mas sabemos que para alguns nem isso faz efeito", declara, e complementa que o que resolve é a mudança na cultura do trânsito, que só ocorre a médio prazo. Para não alertar os infratores, Rodrigues não informa quando e como as fiscalizações serão intensificadas. O porta-voz do Batalhão de Trânsito (BPTran), tenente Ismael Veiga confirma que as operações serão mais frequentes. "A presença física do policial já inibe algumas infrações", diz. Escalas de trabalho estão sendo refeitas para programar blitzes. Ele pede que as denúncias, principalmente de rachas, continuem sendo feitas pelo telefone 190.

Rodovias

Se os rachas são mais comuns em cidades, é nas rodovias que as ultrapassagens perigosas causam mais vítimas. Grande parte dos óbitos acontece em colisões frontais. Segundo Fernando Oliveira, do setor de comunicação da Polícia Rodoviária Federal, ultrapassagens provocam até 30% do total de mortes registradas. A PRF também promete intensificar a fiscalização. (KB)

Para Cristiane Yared, deputada federal recém-eleita, multa maior "é pouco"

¶ Para Cristiane Yared, eleita como a deputada federal mais votada do Paraná, as multas mais pesadas para rachas e ultrapassagens forçadas representam uma vitória parcial. "Vejo com bons olhos a mudança", diz, mas emenda que acredita que as punições deveriam ser mais rigorosas. "Ainda é pouco", resume.

Yared cita que em outros países o motorista pode perder o carro em caso de infrações graves. Ela defende que a punição é uma forma de educação. "Mas mudanças de comportamento não ocorrem com a multa. Elas vêm de dentro para fora e precisa de conhecimento." Contudo, além de campanhas educativas que visem a formação de motoristas melhores e mais conscientes, a deputada recém-eleita que certeza da impunidade acaba motivando ações irresponsáveis no trânsito. "Não adianta colocar multa pesada se não houver punição", diz.

Planos

Dirigir bêbado, na opinião de Yared, deveria render multa de R\$ 10 mil. "Se a multa for significativa ela é sim capaz de pensar mais vezes antes fazer, mas precisa ter a certeza da punição", pondera. Além de Judiciário mais rigoroso, a nova integrante da política paranaense reforça que é preciso aumentar o efetivo de fiscalização e dar mais estrutura aos policiais.

Ao ganhar notoriedade por lutar por punição para a morte do filho Gilmar, que foi atingido pelo ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho em alta velocidade, em maior de 2009, Yared reforça que ganhou uma missão de ajudar outras famílias. Entre os projetos em que ela já está trabalhando está uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que permita a produção de prova contra si em casos de crimes de trânsito. "As leis que temos não são ruins. Elas precisam de aperfeiçoamento. Fechar as brechas, como as que permitem tantos recursos judiciais."

Atuação

Nem todas as propostas que irá apresentar na Câmara Federal estão decididas. "Eu não sou advogada. Preciso de uma equipe", diz, reforçando que está procurando ajuda de especialistas e também recebendo ideias de voluntários. Yared faz questão de frisar que não irá trabalhar em Brasília apenas nas questões de trânsito, mas pretende se dedicar fortemente à causa. (KB)

GAZETA DO POVO

**Ação no TSE
é incabível,
diz ministro**

01 NOV 2014

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro João Otávio de Noronha, afirmou ontem que o pedido do PSDB para uma "auditoria especial" no resultado das eleições não apresenta fatos que possam colocar em xeque o processo eleitoral. Ele classificou a ação protocolada pelo partido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de "incabível" e com potencial para arranhar a imagem do país.

"O problema é que não estão colocando em xeque uma ou duas urnas, mas o processo eleitoral. É incabível. Se você colocar em xeque o sistema eleitoral, aponte o fato concreto que vamos apurar", criticou.

O ministro disse ainda que todo o processo para depósito das urnas, com códigos e chaves, foi devidamente acompanhado, sendo que todo o sistema foi verificado e auditado. Segundo o corregedor, as informações referentes ao processo eleitoral já estão disponíveis na internet e serão disponibilizadas ao PSDB. Noronha, no entanto, afirmou que não vê motivo para autorizar a criação de uma comissão formada por técnicos indicados pelos partidos políticos para a fiscalização de todo o processo eleitoral.

"Não estão colocando em xeque uma ou duas urnas, mas o processo eleitoral. É incabível. Se você colocar em xeque o sistema eleitoral, aponte o fato concreto que vamos apurar."

Ministro João Otávio de Noronha, corregedor-geral da Justiça Eleitoral.

NOTA POLÍTICA

287 VOTOS

não foram computados por uma urna eletrônica usada no primeiro turno no município de Içara (SC). O Tribunal Regional Eleitoral catarinense decidiu periciar o equipamento na próxima quarta-feira, pois o resultado da eleição para a Assembleia Legislativa do estado poderá ser alterado.

COLUNA DO LEITOR

MILITUS SORDIS

Auxílio-moradia

"Ganham muito e pagam Imposto de Renda. Dá dó, né? Só eles trabalham muito. Eles nem sabem que existem aqueles que trabalham o mês todo e ganham salário mínimo e que jamais sonham em comprar um terno. Talvez fosse interessante incluí-los no Bolsa Família."

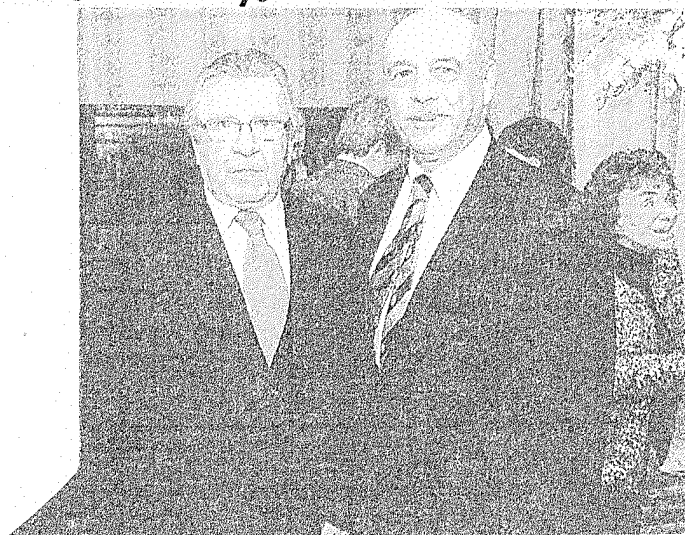
Paulo Perle, no Facebook, sobre o vídeo em que um desembargador paulista justifica o auxílio-moradia.

01 NOV 2014

GAZETA DO POVO
WILSON DE ARAÚJO BUENO

UMA NOITE HISTÓRICA II

(Coquetel dos meus 40 anos de colonismo no Castelo do Bate)



Desembargador José Simões Teixeira e o advogado e editor de livro Luiz Fernando de Queiróz.

02 NOV 2014

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Eleição no TJ

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná elegem na segunda-feira os nomes que vão comandar o órgão no biênio 2015/2016. Além do cargo de presidente – disputado por três concorrentes –, serão escolhidos os ocupantes das vagas da 1ª e 2ª Vice-presidência, Corregedoria, Corregedoria-geral e o membro do Conselho da Magistratura. Participam da votação todos os 120 desembargadores, em sessão pública.



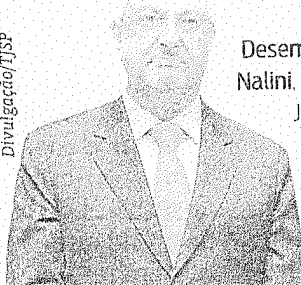
Justiça paranaense

O TJ do Paraná julgou apenas 22% dos processos de corrupção e é o 4º pior do país na meta estabelecida pelo CNJ.

Entrevista

“Não dá para ir toda hora a Miami comprar terno, que cada dia da semana ele tem que usar um terno diferente, ele tem que usar uma camisa razoável, um sapato decente, ele tem que ter um carro.”

Divulgação/TJSP



Desembargador José Roberto Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao comentar o pagamento do auxílio-moradia aos magistrados brasileiros, em entrevista ao Jornal da Cultura.

O PAE e a mãe dos juízes

Os 120 desembargadores do Paraná elegem nesta segunda-feira, 3, o novo presidente do Tribunal de Justiça, além de novos ocupantes para outros quatro cargos da cúpula. São três os candidatos à presidência: Jorge Wagih Massad, Paulo Roberto Vasconcelos e Luiz Carlos Gabardo. Um deles é o preferido do atual presidente, desembargador Guilherme Luiz Gomes.

Vence quem fizer mais de 50% dos votos. Caso nenhum alcance este índice em primeiro turno, haverá um segundo entre os dois mais votados logo após o primeiro escrutínio.

Agora, o mais interessante sobre a eleição desta segunda-feira é uma incrível coincidência: na semana passada, o presidente Gomes abriu os cofres do TJ e mandou pagar antecipadamente aos eleitores-desembargadores e a todo o resto da magistratura estadual o equivalente a cinco parcelas do PAE — sigla para Parcela Autônoma de Equivalência. O normal é que os holerites sejam engordados mensalmente com R\$ 5 mil, mas não se sabe a razão, bem às vésperas da eleição, os contracheques registraram R\$ 25 mil a mais relativos ao PAE.

O que é o PAE? É um direito que os magistrados de todo o país ganharam logo depois que deputados e senadores passaram a ter direito a auxílio-moradia lá no fim da década de 80. Os juízes queriam e conseguiram equivalência com os parlamentares. No fundo, portanto, o PAE é a “mãe” do atual auxílio-moradia. À certa altura, o PAE deixou de ser pago, mas os tribunais superiores, acossados por ações movidas por associações de magistrados, acabaram reconhecendo sua legalidade. O período que não foi pago passou a ser pago retroativamente. Em alguns tribunais, pagaram tudo de uma só vez, mas o caso do paranaense em módicas e metódicas parcelas mensais aos quase 800 magistrados ativos e inativos e pensionistas. No total, os cofres públicos arcam a este título com cerca de R\$ 50 milhões por ano. Será injusto afirmar que, se eleito o preferido do presidente, a razão tenha sido seu gesto de “mãe”.

Protesto

A Junta Comercial do Paraná está com dois títulos protestados na praça, no valor atualizado de R\$ 420 mil. Foi a 3ª Vara da Fazenda Pública que, semana passada, expediu ofício aos cartórios determinando o protesto dos títulos. São decorrentes de dívidas contraídas pela Junta em 2002 (há 12 anos!) por contratos firmados com uma empresa de informática. Na época, o débito somava R\$ 84 mil, mas juros e correção multiplicaram o valor por cinco. Durante esta década, inúmeros recursos adiaram a decisão final.

Mãe fama 1

O Paraná é um dos estados campeões em processos judiciais envolvendo corrupção. Segundo dados do CNJ, até 2012 a Justiça estadual contabilizava o trâmite de 5.219 ações da espécie — número só menor do que os de Minas Gerais (13.075) e de São Paulo (15.161), mas cujas populações são bem maiores. Do estoque existente há dois anos, foram julgados até julho passado no Paraná apenas 22% dos processos e condenados 31% dos réus, índice igual à média nacional. Números que não ajudam o estado a melhorar de fama.

Mãe fama 2

Agora vejam bem: 69% dos acusados de atos de corrupção foram dados como inocentes, uns por falta de provas, outros por prescrição de prazo ou em razão da competência de seus advogados. Claro, entre eles há inocentes de fato. Dentre os 1.149 processos julgados, 359 réus foram condenados. Taxa tão baixa de condenações por corrupção não deixa de ser um estímulo: a chance de alguém que avance no dinheiro público escapar da condenação é superior a dois terços — isto é, de cada três supostos corruptos, dois poderão continuar dormindo sossegados.

02 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Jurisprudência europeia torna difícil a extradição de Pizzolato

Brasil vai entrar com recurso para que o mensaleiro seja enviado ao país para cumprir sua pena. Mas a Corte de Direitos Humanos da Europa respalda o entendimento de que as prisões brasileiras são desumanas

Guilherme Voitch

! A decisão da Justiça italiana de não extraditar o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no julgamento do mensalão, tem respaldo em jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos. Segundo o advogado e professor da Universidade Positivo Rui Dissenha, em outubro de 2013 a Corte Suprema de Cassação, órgão máximo da Justiça italiana, seguindo esse entendimento da Corte Europeia, negou a extradição de um cidadão holandês condenado no Brasil com o mesmo argumento: o sistema prisional brasileiro é "degradante, cruel e desumano".

"Pizzolato foi preso [na Itália] graças ao pedido brasileiro. Houve sim o entendimento de que ele cometeu crime no Brasil", diz. Mas a extradição esbarrou nas condições das penitenciárias do país. A Procuradoria-Geral da República informou que irá recorrer da decisão. Mas Dissenha considera difícil reverter a sentença. "No caso do holandês, houve um recurso em que se questionava inclusive o sistema carcerário italiano. A resposta da Justiça italiana foi de que existiam problemas nas cadeias da Itália, mas que não se comparavam à realidade brasileira."

Segundo Dissenha, não há por que cogitar uma motivação política na decisão da Justiça italiana devido ao caso Cesare Battisti, terrorista condenado na Itália pelo assassinato de quatro pessoas. Battisti foi detido no Brasil. Em julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela sua extradição. Mas, à época (outubro de 2010), o então presidente Lula negou o pedido, garantindo a permanência dele no Brasil. O episódio gerou um mal-estar diplomático entre os dois países.

Prisão

No processo do mensalão, Pizzolato foi condenado a 12 anos e sete meses de prisão, por lavagem de dinheiro e peculato (apropriação de recursos públicos).

"A resposta da Justiça italiana [no caso da extradição de um holandês] foi de que existiam problemas nas cadeias da Itália, mas que não se comparavam à realidade brasileira."

Rui Dissenha, advogado e professor da Universidade Positivo, comentando o caso de um holandês que cometeu crimes no Brasil e cujo pedido de extradição foi negado na Itália.

02 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Dirceu vai para casa

Os filiados, simpatizantes e eleitores do PT realmente concordam que o partido exalte como heróis os artífices do mensalão?

José Dirceu está a apenas uma audiência de deixar definitivamente a Papuda. Mensaleiro condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a sete anos e 11 meses de prisão em regime semiaberto, Dirceu não vai passar nem um ano na cadeia. Preso em 15 de novembro do ano passado, o ex-ministro-chefe da Casa Civil conseguiu abater 142 dias de sua pena graças à leitura de livros, estudo e trabalho. Com isso, ele antecipou o cumprimento de um sexto da pena, requisito para pedir a progressão de regime.

Por mais indignados que muitos brasileiros possam ficar com a possibilidade de ver Dirceu em casa — situação, aliás, na qual já estão José Genoino e Delúbio Soares, e que aguarda João Paulo Cunha em janeiro de 2015 —, a decisão do ministro do STF Luís Roberto Barroso é perfeitamente legal. Se a legislação parece leniente demais para com os criminosos condenados, que se faça um esforço para alterá-la, em vez de pleitear que ela não seja cumprida só por causa da (má) reputação da pessoa em questão. Mas não é exatamente disso que pretendemos tratar, durante estes últimos dias de Dirceu na Papuda.

Quando da concessão de regime aberto a Genoino, o Partido dos Trabalhadores, em sua página no Facebook, publicou uma foto do ex-deputado com o tradicional braço erguido e as palavras “Liberdade merecida”. O texto da Agência PT de Notícias nem sequer mencionava o mensalão. Não há motivos para pensar que será diferente com Dirceu. Afinal, enquanto outras legendas punem ou expulsam seus membros envolvidos em esquemas de corrupção, o PT abraçou os seus, desrespeitando inclusive seu regimento. Foram promovidos atos de desagravo a

Dirceu, Genoino, Delúbio e Cunha em todo o país, inclusive em Curitiba. Eles eram saudados como “guerreiros do povo brasileiro”. A própria presidente Dilma Rousseff, durante a campanha do primeiro turno, evitou criticar essa atitude quando, em entrevista ao *Jornal Nacional*, esquivou-se da pergunta sobre a maneira como o partido tratava os condenados do mensalão. Perdeu a chance de deixar, a todo o Brasil, uma mensagem dura contra a corrupção.

E o mensalão não foi um escândalo qualquer. Precisamos resistir à tentação de acreditar que “casos de corrupção são todos iguais”, ou que “todos são igualmente corruptos”. O que houve no primeiro mandato Lula foi muito além da simples corrupção: foi um atentado contra a democracia, uma tentativa de subverter a independência entre os poderes com a compra de apoio parlamentar. Vários ministros do Supremo ressaltaram esse fato durante o julgamento. Carlos Ayres Britto chamou o esquema de “golpe”. Celso de Mello falou em “atentado aos valores estruturantes do Estado Democrático de Direito”. E não queremos, com isso, diminuir outros escândalos, de governos passados e presentes — buscamos apenas ressaltar a gravidade deste caso, em que se montou um esquema para fraudar a democracia brasileira.

E por isso nos dirigimos àqueles filiados, simpatizantes e eleitores do PT que se preocupam com o estado da nossa jovem democracia, que completa três décadas no ano que vem. Pois não conseguimos imaginar que tantas pessoas de bem concordem — ou pelo menos não vejam um problema tão grave assim — que um partido político exalte como heróis os artífices do mensalão, ou negue a própria existência do esquema, apesar de todas as provas levantadas. Seria esse o preço a pagar pelos indicadores sociais dos governos petistas, o de acolher e reverenciar criminosos condenados por promover um atentado contra a democracia? Que saibamos todos resistir ao simplismo e analisar essas atitudes pelo que realmente significam, especialmente quando se trata daqueles que desejam conduzir os rumos do nosso país.

GAZETA DO POVO

Veríssimo

O que aconteceu?

02 NOV 2014

Estive fora do país. Aconteceu alguma coisa na minha ausência? É difícil dizer pela cara das pessoas. Estão todas com um ar estranho. Com algumas você fala e elas rosnam, outras só riem. O que foi que aconteceu, gente?

Eu me sinto um pouco como alguém que chega a um lugar depois de uma festa — ou de um furacão — e tenta reconstituir o que houve pelos vestígios que encontra. Uma calcinha pendurada num lustre que ainda balança. Pedacos de pizza espalhados pelo chão. Um taco de golfe com sinais de ter sido usado numa cabeça. Um canguru empalhado com uma camiseta do Vasco. E como esse trombone veio parar dentro do sofá?

Estou tentando entender o que se passou. As poucas pessoas que conseguem parar de rosnar ou de rir e falar comigo não ajudam. Deduzi que houve uma eleição. Nada de mais. Eleições costumam acabar com derrotados e vencedores, inconformados e satisfeitos, ressentidos e celebrantes. Nada mais normal. Nada, principalmente, que justifique o taco de golfe na cabeça ou a euforia desmedida. Mas esta eleição — ainda estou deduzindo — foi diferente.

Ouçõ explicações desencontradas:

“Mais uma vez os nordestinos atrasam o Brasil. Só matando!”

“Mais uma vez o Brasil carente reconhece o que o PT está fazendo por ele e lhe dá um voto de confiança!”

“A esquerda está levando este país para o abismo!”

“O povão deu uma resposta para a direita hidrofóbica!”

Senti que não adianta pedir calma, ponderação, conciliação e diálogo — você corre o risco de apinhar. Talvez mais do que qualquer outra eleição, legítima ou engendrada, na história do Brasil, esta vai requerer tempo para reconciliação ou esquecimento, que não virão tão cedo.

Ou talvez eu tenha entendido errado. Foi tudo apenas outro episódio — um pouco mais feio do que outros — na vida de uma democracia em pleno funcionamento. Ou seja, nada mais normal.

PRECONCEITO

OAB quer inquérito sobre racismo contra nordestinos na internet

O presidente da OAB, Marcus Vinícius Cêlho, enviou à Polícia Federal pedido de abertura de inquérito contra os responsáveis por dois perfis de redes sociais que ofenderam nordestinos. A OAB argumenta que houve racismo. As ofensas foram postadas após a vitória de Dilma Rousseff (PT), quando internautas sugeriram a divisão do Brasil e a construção de um muro para separar o Nordeste e o Norte das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

02 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Defensoria da União faz concurso com 58 vagas

Órgão do governo federal lança na segunda o edital do processo seletivo para posições em todo o país

Agência JC Concursos

A Defensoria Pública da União (DPU) divulgará na segunda-feira o edital de abertura de inscrições de seu concurso público para defensores. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, o documento foi enviado para publicação em diário ofi-

cial na tarde de sexta-feira.

O concurso contará com uma oferta imediata de 58 vagas, destinadas para todo o país. Além disso, a seleção servirá para formar cadastro de reserva de pessoal, para eventuais necessidades durante o prazo de validade. O prazo de inscrições não foi divulgado, mas poderá ser conferido a partir da publicação, na segunda-feira.

Para concorrer é necessário possuir curso de nível superior em direito, registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na data de posse e, no mínimo, dois anos de atividade jurídica. A remuneração inicial da categoria é de R\$ 15.719,13.

Assim que iniciadas, as inscrições poderão ser feitas somente pela internet, na página eletrônica da organizadora, o Cespe/UnB, que é www.cespe.unb.br.

A seleção deve seguir os mesmos critérios da seleção anterior, realizada em 2010. Na ocasião, foram oferecidas 134 vagas e a organizadora foi o Cespe/UnB. Os participantes foram submetidos a provas objetivas, dissertativas, avaliação oral e análise de títulos. Foram quatro provas de 50 questões, divididas entre as principais áreas do Direito, além de princípios institucionais da Defensoria Pública e noções de filosofia, ciências políticas e sociologia.

Defensoria

ENTRELINHAS

Na sexta-feira, neste espaço, mostramos que o concurso para a Defensoria Pública do Paraná está caducando sem que cerca de 400 trabalhadores tenham sido nomeados. O governo do estado disse que as regras para o limite de gastos com pessoal impede que os servidores sejam chamados. Aqui vão mais algumas informações: segundo a assessoria de imprensa do governo, o gasto do estado com a folha de pagamento é de 48,1% da receita corrente líquida – conforme prestação de contas do 2.º quadrimestre, vencido em agosto. O limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal é 46,55%.

03 NOV 2014

GAZETA DO POVO

>> PODER JUDICIÁRIO

Novo comando do TJ será eleito hoje

**Novo comando
do Judiciário
estadual será
escolhido hoje**

Os magistrados Jorge Wagih Massad, Luiz Carlos Gabardo e Paulo Roberto Vasconcelos concorrem para presidir o Tribunal de Justiça do Paraná pelos próximos dois anos. Os 120 desembargadores do estado também votam hoje para escolher os demais integrantes da direção da Corte.

Três desembargadores disputam a Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, com mandato de dois anos

*Paulo Ferracioli,
especial para a Gazeta do Povo*

O novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) será eleito nessa segunda-feira. O nome que comandará a Corte pelos próximos dois anos (biênio 2015-2016) será escolhido pelos 120 desembargadores que compõem o TJ. Essa eleição também elegerá outros cargos da cúpula diretiva.

A votação será feita em cédula de papel e começa às 13h30. Caso nenhum candidato alcance a maioria dos

votos na primeira votação, será feito segundo turno com os dois mais votados. Os três magistrados que disputam a presidência são Jorge Wagih Massad, Luiz Carlos Gabardo e Paulo Roberto Vasconcelos. Todos se tornaram desembargadores com a extinção do Tribunal de Alçada, que ocorreu no fim de 2004 (confira ao lado um pequeno perfil dos concorrentes).

Mesa

Os desembargadores escolherão outros nomes da direção do Tribunal de Justiça do Paraná. Para primeiro vice-presidente, concorrem Sônia Regina de Castro, José Joaquim Guimarães da Costa, Renato Braga Bettega e D'Artagnan Serpa Sá. O cargo de corregedor-geral de Justiça é disputado por José Augusto Gomes Aniceto e Eugênio Achille Grandinetti.

Os cargos de segundo vice-presidente e corregedor da Corte contam com único concorrente cada: Fernando Wolff Bodziak e Robson Marques Cury. Ambos são candidatos à reeleição, pois já ocupam o cargo em mandato tampão. Os concorrentes para o Conselho da Magistratura são Fábio Haick Dalla Vecchia, Abrahan Lincoln Merheb Calixto, Maria Aparecida Blanco de Lima e Mario Helton Jorge.

CONTINUA

03 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



JORGE WAGIH MASSAD

Começou a carreira em 1978 e é desembargador desde 2005. Caso eleito, pretende fortalecer o caráter institucional do Poder Judiciário e instituir uma gestão participativa, em que todos os desembargadores decidam sobre as questões mais importantes do Tribunal de Justiça do Paraná.



LUIZ CARLOS GABARDO

Ingressou na magistratura em 1984 e é desembargador desde dezembro de 2004. Suas propostas incluem a implantação de planejamento estratégico, com observância aos projetos das gestões anteriores; a valorização dos magistrados e servidores; e a restauração do Palácio da Justiça. Pretende ainda modernizar a administração e avançar no processo eletrônico e na equalização da distribuição.



PAULO ROBERTO VASCONCELOS

Atual primeiro vice-presidente do TJ, iniciou a carreira de magistrado em 1984 e é desembargador desde 2005. Entre suas propostas, estão a execução dos projetos de reforma e ampliação do Palácio da Justiça e de construção do Centro Judiciário de Curitiba. Defende ainda a modernização das estruturas administrativas e funcionais do tribunal e a estruturação da Escola de Servidores da Justiça Estadual.

03 NOV 2014

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Denunciado

O deputado federal e ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por falsidade ideológica. Segundo a denúncia, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Maluf recebeu R\$ 168,5 mil da empresa Eucatex, de propriedade de sua família, para despesas de sua campanha para deputado federal em 2010. O pagamento não foi declarado à Justiça Eleitoral. O caso está sob relatoria do ministro Luiz Fux, que decidirá se abre ou não ação penal contra o deputado.

Pagando a conta

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que envolve os estados do Sul do Brasil, determinou pela primeira vez que um político cassado ressarcisse a União pelos gastos com eleições suplementares. O caso analisado ocorreu no Paraná: Richard Golba foi eleito prefeito de Cândido de Abreu em 2008, mas teve seu registro de candidatura cassado por irregularidades nas contas do município. Uma nova eleição teve que ser realizada, que custou R\$ 46,7 mil. Com base nesse entendimento, a Advocacia Geral da União (AGU) pede na Justiça R\$ 3,2 milhões de candidatos cassados em situação similar.

03 NOV 2014

» IMPEACHMENT GAZETA DO POVO

Protesto pede novo golpe militar no país

Reunidos em São Paulo, manifestantes defenderam derrubada da presidente Dilma, pois a eleição teria sido fraudada

■ “Boa tarde, reações”, cumpriu ao microfone cerca de mil pessoas em São Paulo – segundo estimativa da Polícia Militar – o empresário e jornalista Paulo Martins, que foi candidato a deputado federal pelo PSC neste ano no Paraná. “É inegável que o PT constrói uma ditadura no país”, acrescentou, sob fortes aplausos. O discurso, realizado em cima de um carro de som, foi feito em manifestação a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), convocado pelas redes sociais para o último sábado.

Com uma bandeira do Brasil sobre os ombros, o cantor Lobão defendeu a recontagem dos votos das eleições presidenciais e negou que o movimento tenha como propósito dar um novo golpe militar no país. “Não tem ninguém aqui golpista”, disse ao microfone.

A caminhada foi marcada também por provocações entre simpatizantes da esquerda e da direita. Na avenida Paulista, alguns moradores de prédios da região estenderam nas janelas camisetas vermelhas e bandeiras da campanha à reeleição da presidente.

“Vai pra Cuba”, gritaram os manifestantes em resposta. Eles fecharam uma das faixas da avenida.

No evento, além de pedir a saída da petista, os manifestantes defenderam um novo golpe militar no país. “É necessário a volta do militarismo. O que vocês chamam de democracia é esse governo que está aí?”, criticou o investigador de polícia Sérgio Salgi, que carregava cartaz com o pedido “SOS Forças Armadas”.

Mais críticas

Com cartazes e faixas, os indignados acusaram o resultado das eleições deste ano de ser a “maior fraude da história” e o PT de ser “o câncer do Brasil”. “Pé na bunda dela [presidente], o Brasil não é a Venezuela”, gritaram. “O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, José Dias Toffoli, é um estagiário do PT”, acusou Paulo Martins.

Sob aplausos, o deputado federal eleito Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), filho do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), foi apresentado ao microfone como “alguém de uma família que vem lutando muito pelo Brasil”.

Em discurso, o parlamentar disse que, se seu pai fosse candidato a presidente, ele teria “fuzilado” a presidente. Segundo ele, Jair Bolsonaro será candidato em 2018 “mesmo que tenha de mudar de partido”.

“Eu voto no Marcola, mas não voto na Dilma, porque pelo menos o Marcola tem palavra”, disse, em referência a Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, um dos chefes da facção criminosa PCC.

ATO EM CURITIBA

Curitiba também foi palco de uma manifestação contra a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT) durante o fim de semana. Autodenominados a nova geração dos “Caras Pintadas”, cerca de 500 manifestantes se concentraram em frente à praça Santos Andrade, no Centro da capital, na tarde de sábado. Muitos deles estavam equipados com bandeiras do Brasil, faixas e cartazes com dizeres de protesto ao resultado da eleição presidencial. A camisa verde e amarela também marcou presença. “O Brasil está em luto. Vamos agir galera!”, foi uma das designações usadas para apresentar o evento no Facebook.

03 NOV 2014

GAZETA DO POVO

PROTESTO POR GOLPE REGNE MULTIDÃO



01 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ nega prisão de prefeito de São Jerônimo da Serra

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná negou o quarto pedido de prisão preventiva do prefeito de São Jerônimo da Serra (Região Metropolitana de Londrina), Adir dos Santos Leite (PSDB). A medida cautelar foi apresentada pelo Ministério Público (MP) do Paraná quando denunciou o tucano no TJ, há quase dois meses, por supostamente liderar uma organização para desviar dinheiro público. Outras 39 pessoas, entre familiares de Adir, secretários municipais e vereadores foram denunciadas na Justiça local, depois da deflagração da Operação Supcupira, no começo do mês de agosto.

Conforme o relator do caso no TJ, o juiz substituto de segundo grau Márcio José Tokars, "por ora não é possível afirmar que de fato o representado esteja à frente de todas as condutas praticadas pelos envolvidos". No pedido cautelar, o MP falou sobre supostas ameaças que testemunhas, o promotor Marcelo Salomão Czelusniak e até o juiz de São Jerônimo, Paulo Fabrício Camargo, teriam sofrido a partir de integrantes do grupo do prefeito. Para o TJ, porém, existe "somente a menção de que uma e outra pessoa teria conhecimento acerca da realização de ameaças por parte do prefeito".

Quanto a separação criminal, para manter os primeiros denunciados respondendo na Justiça de primeiro grau, enquanto que o prefeito, pelo foro privilegiado, responde diretamente no TJ, Tokars escreveu que, por enquanto, não se pode falar "em individualização da conduta praticada pelo mesmo até o eventual recebimento da denúncia".

Para o promotor Cláudio Esteves, "fica preocupante a situação da instrução criminal e até da cidade com a permanência dele (Adir) no cargo de prefeito, porque o Ministério Público entende que os fatos narrados são muito graves". Ele informou que o MP estuda que medidas poderá tomar "para conseguir o cumprimento das cautelares".

01 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Tribunal do Júri realiza primeira audiência eletrônica

Juíza, promotores e advogados consultaram os autos do processo por meio de computadores pessoais

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – O Tribunal do Júri realizou na quinta-feira a primeira audiência eletrônica da comarca de Londrina. A sessão de julgamento de um homicídio qualificado dispensou o uso de documentos impressos por parte da juíza, promotores e advogados, que consultaram os autos através de computadores pessoais.

De acordo com a juíza da 1ª Vara Criminal de Londrina, Elisabeth Khater, os primeiros autos dos processos criminais ainda foram protocolados na forma física tradicional, mas foi concluído eletronicamente, após a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para que os processos fossem migrados para o sistema eletrônico.

“Fizemos cópias dos autos apenas para os jurados, já que não disponibilizamos de computadores para todos. É uma forma de nos adequarmos à modernidade, que proporciona uma economia de tempo e também de espaço para armazenar os documentos”, frisou a juíza.



“Acredito que daqui a um ano poderemos ter todos os processos feitos desta forma”, adianta a juíza Elisabeth Khater

Elisabeth Khater ressaltou que o julgamento eletrônico permitiu que ela realizasse todos os despachos referentes ao julgamento no mesmo dia, dando agilidade ao processo. “No próximo dia 18 vamos realizar um julgamento que será totalmente eletrônico, desde a denúncia até o acompanhamento dos jurados no dia da audiência final. É uma situação irreversível e acredito que daqui a um ano poderemos ter todos os processos feitos desta forma”, acrescentou a magistrada.

O TJ-PR disponibiliza através do seu portal na internet consulta aos processos por meio do Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná (Projudi). “Alvará de soltura, mandados de prisão, tudo é feito através do Projudi. Entrou no sistema, foi visualizado, imediatamente as partes estão intimadas. Isso agiliza muito o trabalho”, afirmou a juíza.

CONTINUA

01 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No julgamento de quinta-feira, o Tribunal do Júri condenou a 15 anos de prisão, em regime fechado, Edvaldo dos Santos Borges da Silva, de 31 anos, por ter matado um adolescente de 15 anos, em 2007, no Conjuntos Semíramis, na zona norte, com diversos tiros. "Ele utilizou de meio cruel, que dificultou a defesa da vítima, que foi alvejada de surpresa enquanto caminhava em via pública", relatou a magistrada.

A causa do crime teria sido um acerto de contas pelo tráfico de drogas. O réu responde por outros processos na Justiça por latrocínio, formação de quadrilha, roubo e porte e posse de arma. Ele está preso na unidade 2 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL).

FOLHA DE LONDRINA

STF manda Planalto incluir aumento a juízes

Brasília - A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber determinou ontem que a Presidência da República inclua no projeto de Orçamento de 2015, enviado do Planalto ao Congresso, as propostas de aumento salarial de juízes, promotores e servidores.

O Poder Judiciário e o Ministério Público da União (MPU) haviam elaborado propostas orçamentárias que continham os aumentos, mas os valores foram suprimidos do projeto encaminhando ao Congresso. O corte feito pelo governo afetou principalmente os projetos que previam aumento salarial. No STF, por exemplo, os ministros tentam ampliar os próprios salários dos atuais R\$ 29,4 mil para R\$ 35,9 mil, o que representa um reajuste de 22%. Já está previsto um aumento para R\$ 30,9 mil.

O aumento pretendido pelo STF produziria um efeito cascata no Judiciário, uma vez que o salário dos ministros do Supremo é base para o subsídios de ministros de outros tribunais superiores, juízes e desembargadores, além de membros de tribunais de contas.

Ao promover o corte, o Ministério do Planejamento disse que o Orçamento de 2015 seria impactado em R\$ 16,9 bilhões caso as propostas de aumento do Judiciário e do Ministério Público fossem contempladas. Na decisão de Weber, o Planalto deverá enviar as propostas de aumento sem cortes, cabendo ao Congresso fazer alguma redução dos valores. A ministra está atendendo em parte a um pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Para o procurador, o Executivo deve simplesmente receber os números e encaminhá-los, sem cortes, ao Legislativo.

0 1 NOV 2014

01 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

66 INFORME FOLHA

O PSDB está parecendo time que perde e, depois, põe a culpa no juiz

Auditoria nos votos

O PT publicou um texto ontem no site do partido no qual o presidente do partido, Rui Falcão, critica o pedido de auditoria das eleições feito pelo PSDB ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "O PSDB está parecendo time que perde e, depois, põe a culpa no juiz", afirma Falcão. O PSDB entrou anteontem no TSE com uma representação na qual pede uma auditoria "nos sistemas de votação e de totalização dos votos". O documento argumenta que há "uma somatória de denúncias e desconfianças por parte da população brasileira" motivada pela decisão da Corte eleitoral de divulgar a contagem dos votos após o término da votação no Acre, com fuso horário de três horas de diferença em relação a Brasília.

Ressaca

Intitulado "Ainda de ressaca, tucanos pedem auditoria no TSE", o texto alega que apoiadores do candidato do PSDB à presidência neste pleito, senador Aécio Neves, "decidiram colocar em xeque a lisura da justiça eleitoral brasileira".

Gastos com kits escolares

O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o ex-prefeito de Colombo (Região Metropolitana de Curitiba) José Antônio Camargo (PSC), cobrando a devolução de R\$ 606,6 mil devido a aditamentos em contrato feito com uma empresa de fornecimento de materiais e serviços. De acordo com o promotor de Justiça Paulo Conforto, a administração municipal elaborou um edital para fornecimento de kits escolares com várias exigências injustificadas, de modo a levar o certame ao fracasso e legitimar o aditamento do contrato anterior. Além do ressarcimento, o MP pede a condenação do ex-prefeito e da empresa em sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

CLAUDIO HUMBERTO

Deputados querem melhorar chance de absolvição

A iminência de serem revelados parlamentares que se beneficiaram do roubo da Petrobras, no escândalo do Petrolão, fez a Câmara dos Deputados se mexer. Seu presidente, Henrique Alves, iniciou cruzada para que deputados federais sejam julgados no plenário do Supremo Tribunal Federal e não em turmas de ministros. Acredita-se que, no plenário, deputados acusados ganham mais chances de absolvição.

Listão

Estão enrolados no Petrolão 28 deputados e 11 senadores cujos nomes ainda não foram revelados, e todos poderão ser cassados.

Grave crise

A expectativa é que a revelação dos políticos e membros do governo enrolados no Petrolão fará o Mensalão parecer história de ninar.

Só um pretexto

A Câmara está se lixando para a condenação do deputado Protógenes Queiroz (PCdoB) na 2ª Turma do STF, mas a usou como argumento.

Violação de sigilo

Protógenes foi condenado pela prática de violação do sigilo funcional qualificada na Operação Satiagraha (2008), da PF, que o celebrou.

02 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA EVOLUÇÃO

Da madeira ao chip

Ex-diretor geral do TRE-PR que participou de mais de 30 eleições compara as votações do passado com a era da urna eletrônica, que chegou em 2014 ao seu décimo pleito



Fábio Galão
Reportagem Local

A eleição deste ano foi a décima a utilizar a urna eletrônica no Brasil. A novidade foi implantada nas eleições municipais de 1996, a princípio nas capitais e nas cidades com mais de 200 mil eleitores. Nas eleições gerais de 1998, o sistema informatizado foi levado a todos os municípios com mais de 40 mil eleitores. Por fim, foi estendido a todas as cidades brasileiras em 2000.

A rapidez da apuração é um dos trunfos dos defensores da urna eletrônica. Na última eleição presidencial antes da implantação do sistema, em 1994, o candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB), vencedor do pleito em pri-

meiro turno, só deu uma entrevista coletiva se dizendo vencedor da disputa três dias após a votação. Ainda assim, àquela altura, apenas 62% das seções eleitorais haviam tido seus resultados contabilizados. No dia seguinte, quando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) admitiu a derrota em uma entrevista, a apuração havia sido encerrada em 80% das seções.

Na eleição presidencial do último domingo, a disputa já estava matematicamente definida às 20h30, apenas três horas e meia após o encerramento da votação nos Estados em que vigora o horário brasileiro de verão.

Ivan Gradowski, de 79 anos, ex-diretor geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR),

“Se o eleitor assinalasse fora do quadrado, mas mais perto de um determinado nome, aquilo exigia uma interpretação”, diz Ivan Gradowski, de 79 anos, simulando o voto na antiga urna de madeira

acompanhou de perto a transição do voto de papel para o eletrônico.

Ele ingressou no TRE-PR em 1953, em Curitiba, como mensageiro, espécie de office boy da época. Exerceu outros cargos no tribunal, nas seções de pessoal e administrativa e assessorias, antes de assumir a diretoria geral, em dezembro de 1978, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em janeiro de 2012.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

02 NOV 2014

Gradowski diz que nunca calculou de quantas eleições participou, mas estima que foram “no mínimo 30”. Quando começou a trabalhar no TRE-PR, as urnas eram de madeira. Depois, surgiram as urnas de lona, que ainda são usadas nas eleições, para o caso de a urna eletrônica de uma seção apresentar algum problema irreparável. Já há quase 20 anos, é utilizado o voto eletrônico.

“O grande problema era a contagem de votos nas mesas receptoras, que era um processo manual e muito demorado. Nos anos 70, colocamos aproximadamente mil mesas de escrutinação nas sedes do Jockey Clube e da Associação do Banco do Brasil, o que possibilitou uma contabilização mais rápida em relação ao resto do País”, afirma Gradowski.

O ex-diretor explica que, nas eleições em que trabalhou, atuou na coordenação dos pleitos, e não na contagem, “porque os funcionários da Justiça Eleitoral eram legalmente impedidos”. “Quem contava eram funcionários públicos requisitados, municipais, estaduais e federais. Isso gerava reclamação de partidos políticos, pois achavam que poderia haver influência desses funcionários na contagem dos votos”, relata.

“Ocorriam fraudes eventualmente, mas principalmente erros. E havia a interpretação. Se o eleitor assinalasse fora do quadrado, mas mais perto de um determinado nome, aquilo exigia uma interpretação. E a interpretação é sempre perigosa, mesmo aquela de mais boa fé desperta desconfiança”, aponta Gradowski.

Aviões buscavam boletins de urna no interior

Ivan Gradowski diz que a eleição de apuração mais demorada em que trabalhou foi um pleito municipal, em que o resultado demorou mais de 30 dias para ser consolidado.

“Estávamos tentando fazer a totalização eletrônica, muitos anos antes da implantação da urna eletrônica. Contratamos a Datamec (empresa de processamento de dados, que seria privatizada em 1999), da Caixa Econômica Federal, e como ela não tinha experiência em eleições, e nós não tínhamos experiência em informática, houve um desencontro total. Os dados inconsistentes se acumulavam de forma assustadora. O gerente da Datamec que estava coordenando o trabalho teve uma crise nervosa. Nas eleições seguintes, nós contratamos outra empresa, não porque não confiávamos na Datamec, mas porque foi feita uma licitação”, descreve o ex-diretor do TRE-PR.

Outra época de desafios, hoje lembrada com bom humor, foi quando o TRE-PR passou a utilizar aviões monomotores e bimotores para buscar boletins de urna no interior.

“Essa medida transformou o Paraná em pioneiro na rapidez de apuração. Para haver transparência, a gente chamava um representante de pelo menos um partido para

ir conosco no avião buscar o boletim. O problema é que às vezes era difícil encontrar alguém que tivesse coragem para viajar de avião”, diz Gradowski, aos risos. “Havia um espírito aventureiro. Uma vez, fomos buscar um boletim em Nova Londrina (Noroeste), e lá não havia pista de pouso. Fomos de avião para Londrina e partimos para Nova Londrina de helicóptero. Quando chegamos, foi um acontecimento na cidade.”

Ele aponta que a urna eletrônica foi uma novidade bem recebida instantaneamente. “Houve pouquíssimos casos em que as pessoas não souberam votar, praticamente ninguém. É claro que toda novidade gera desconfiança. Muitos políticos atribuíam suas derrotas à urna eletrônica, porque buscavam se justificar com algo além da própria incompetência. Mas hoje ela está consagrada pelo uso. Ninguém mais questiona o resultado de uma eleição. Antes, em eleições com pouca diferença de votos, era certeza de que haveria pedido de recontagem. Desde que se afastou o homem do processo de escrutinação, ninguém mais duvida de que voto feito na urna é voto computado”, argumenta Gradowski.

“O que se questiona não é mais o voto, e sim a formação do voto. Temos abuso do poder econômico, da influência de certos veículos de comunicação, mas esses são problemas que ocorrem em democracias no mundo todo, não só no Brasil”, acredita. (E.G.)

02 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Escravos do século 21

É de amplo conhecimento que o Brasil faz parte, há muito tempo, de rotas de tráfico de pessoas. O assunto já foi tema de novela de sucesso do horário nobre da Rede Globo de Televisão, "Salve Jorge", de Glória Perez. Mas um fenômeno está chamando atenção das autoridades brasileiras, a mudança do fluxo desse tipo de crime. É sobre isso que trata a reportagem principal de hoje da FOLHA.

Enquanto o número de inquéritos de tráfico internacional de pessoas vem caindo na Polícia Federal, crescem os registros dentro do País de entrega de filho menor a pessoa inidônea, redução à condição análoga a de escravo e tráfico nacional de pessoas para fim de exploração sexual.

No ano passado, uma pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que compilou dados obtidos junto a 15 ministérios públicos estaduais, ao Ministério Público Militar e oito procuradorias regionais do trabalho, mostrou que no Brasil os registros de tráfico de pessoas nesses órgãos aumentaram de 218 no quinquênio 2003-2007 para 1.286 no período entre 2008 e 2012. No Paraná, a variação foi de 17 para 110 casos.

Fontes ouvidas pela FOLHA acreditam que a crise econômica mundial iniciada em 2008 e a relativa estabilidade brasileira provocaram uma alteração na rota do tráfico de seres humanos. Se antes o foco era o envio de vítimas para outros países, agora esse tipo de crime se voltou para a exploração dentro do Brasil e para a "importação" de trabalhadores estrangeiros. Eles vêm de países onde a oferta de emprego e as condições de vida estão ruins, como Haiti, Bangladesh, Paquistão e Nigéria e se submetem a situações de grande humilhação, análogas à escravidão.

O combate a esse tipo de crime passa por ações de prevenção, como a garantia aos direitos das crianças e adolescentes e boa educação dos trabalhadores, para que eles tenham acesso a cursos profissionalizantes e conheçam seus direitos e deveres. Na outra ponta, é preciso garantir o apoio às vítimas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, com atendimento jurídico, psicológico e social.

Cresce Explo

ração

dentro do País

Envio de vítimas para o exterior perde importância, enquanto aumentam demanda interna e aliciamento de trabalhadores estrangeiros

“Os imigrantes vêm iludidos com promessas de trabalho e ficam endividados com ‘coiotes’”

Fábio Galão

Reportagem Local

Ele veio do Noroeste para o Norte do Paraná, aos 13 anos de idade, junto do pai e dois irmãos, para trabalhar no corte de cana. Era a década de 1980. “Um primo já trabalhava por aqui. A gente nem sabia o que era cortar cana”, lembra o trabalhador rural. Vieram por intermédio de um “gato”, como são denominados os responsáveis por aliciar trabalhadores e trazê-los de outras localidades. “O ‘gato’ trazia (os trabalhadores) e ganhava em cima da

gente e em cima da firma (usina)”, relata.

Chegando ao Norte do Paraná, o trabalhador rural, que preferiu não ser identificado nesta reportagem, e seus familiares tornaram-se vítimas de trabalho escravo. Eram levados para cortar cana em fazendas da região e até no interior de São Paulo. Não recebiam salários. A única remuneração consistia de dois pagamentos por ano, e deles ainda eram descontados os valores de vales que os trabalhadores recebiam para trocar por alimentos, medica-

mentos e outros itens em um mercado dentro da própria usina. A família morava na área urbana. Só conseguia pagar aluguel porque o pai fazia bicos em outros lugares.

Quem reclamasse ou ameaçasse denunciar a situação era agredido. “Nunca aconteceu comigo, mas eu vi acontecer com outros trabalhadores. Eles levavam no meio do mato e davam um ‘couro’”, diz o trabalhador. A situação perdurou por cerca de 10 anos.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Só acabou após uma mobilização dos trabalhadores e intervenção do Ministério Público e da Pastoral da Terra.

“Naquela época, como faltava informação, a gente nem sabia que tinha direitos. A Pastoral da Terra nos ajudou muito”, afirma o trabalhador rural, que hoje mora em um acampamento sem-terra. “Era brabo. Só depois eu vi que era um trabalho escravo. Foi uma situação muito difícil.”

Não é novidade que o Brasil e o Paraná há tempos fazem parte das rotas do tráfico de pessoas. Um fenômeno que tem ocorrido nos últimos anos é a mudança do fluxo desse crime.

No ano passado, uma pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que compilou dados obtidos junto a 15 ministérios públicos estaduais, ao Ministério Público Militar e oito procuradorias regionais do trabalho, mostrou que no Brasil os registros de tráfico de pessoas nesses órgãos aumentaram de 218 no quinquênio 2003-2007 para 1.286 no período entre 2008 e 2012. No Paraná, a variação foi de 17 para 110 casos.

As estatísticas da pesquisa do CNMP dizem respeito a inquéritos, notificações de casos e processos judiciais de primeira e segunda instâncias de tipos legais relacionados direta ou indiretamente ao tráfico de pessoas, como aliciamento para fins de emigração, entrega de filho menor a pessoa inidônea, redução à condição análoga a de escravo e tráfico nacional e internacional de pessoas para fim de exploração sexual.

Por outro lado, os inquéritos de tráfico internacional de

pessoas instaurados pela Polícia Federal diminuíram muito na comparação entre os dois quinquênios. De acordo com dados fornecidos à FOLHA pela PF, entre 2003 e 2007 a corporação abriu 439 investigações desse tipo em todo o Brasil. Já no período 2008-2012, foram 282 novos inquéritos. No Paraná, a quantia de investigações de tráfico internacional de pessoas feitas pela PF caiu de 25 para 12.

MUDANÇA

O delegado Renato Lima, da Polícia Federal do Paraná, considera que o crescimento expressivo de registros de tráfico de pessoas nos MPs estaduais, Militar e do Trabalho, voltados a investigações de casos que ocorrem dentro do País, e a grande queda de inquéritos sobre tráfico internacional na PF podem indicar uma mudança. Com a crise econômica mundial iniciada em 2008 e a relativa estabilidade brasileira, o tráfico de seres humanos direcionou seu foco, que antes era o envio de vítimas para outros países, para a exploração dentro do País e a “importação” de trabalhadores estrangeiros.

“Onde as condições de trabalho estão ruins, as pessoas são inspiradas a procurar outros lugares. E isso alimenta aliciadores e aproveitadores”, explica. O delegado aponta que na PF, ao mesmo tempo em que estão diminuindo os números de investigações relacionadas ao tráfico de pessoas, está aumentando a quantia de atendimentos a estrangeiros que estão vindo para o Brasil.

A procuradora do trabalho Cristiane Sbalqueiro Lopes diz que uma grande preocupação do MPT-PR tem sido os trabalhadores de outros países, muitos chegando em situação de vulnerabilidade.

“Os imigrantes vêm iludidos com promessas de trabalho e ficam endividados com ‘coiotes’. Entre os haitianos, há muitos boatos, e um recorrente é de que a fronteira brasileira vai fechar, então eles pagam aos ‘coiotes’ para entrar no Brasil, muitas vezes até penhorando suas casas”, explica a procuradora. Segundo ela, o Paraná é um dos Estados brasileiros que mais têm recebido esses trabalhadores: haitianos para a construção civil, bengaleses para frigoríficos, entre outros.

CONTINUA

02 NOV 2014

CAMINHOS

Eixos do tráfico de pessoas no Paraná por finalidade (maiores riscos de incidência)



1- ADOÇÃO ILEGAL

Vítimas: Crianças e adolescentes

- Local de origem: Foz do Iguaçu, Curitiba, Londrina, São João do Triunfo
- Destino: Piraquara, Estados Unidos, Paraguai e Argentina

2- EXPLORAÇÃO DO TRABALHO RURAL

Vítimas: Homens e mulheres

- Local de origem: Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do País, fronteira do Paraguai
- Destino: Cascavel, Umuarama, Clevelândia, Engenheiro Beltrão, Cambira, Reserva, União da Vitória, Palmas, Porto Vitória, Ponta Grossa, General Carneiro

3- EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Vítimas: Homens

- Local de origem: Maranhão, Pará, Acre, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso, fronteira do Paraguai
- Destino: Curitiba e Região Metropolitana, Foz do Iguaçu e região

4- SERVIDÃO DOMÉSTICA

Vítimas: Mulheres paraguaias

- Local de origem: Paraguai (região de fronteira)
- Destino: Foz do Iguaçu e região

5- EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ESTRANGEIRAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA

Vítimas: Mulheres argentinas e paraguaias

- Local de origem: Argentina e Paraguai
- Destino: Foz do Iguaçu e Guairá

6- EXPLORAÇÃO SEXUAL DE BRASILEIRAS NO PARANÁ

Vítimas: Mulheres brasileiras

- Local de origem: Umuarama, Maringá, Guarapuava, Pinhão, Curitiba, Goiás, Minas Gerais
- Destino: Foz do Iguaçu, Curitiba, Guairá e Paranaguá

7- EXPLORAÇÃO SEXUAL NO EXTERIOR

Vítimas: Mulheres brasileiras

- Local de origem: Foz do Iguaçu e região, Curitiba e Região Metropolitana, Guairá, Londrina, Maringá, Cascavel, Paranaguá e Campo Mourão
- Destino: Espanha, Portugal, Itália, Argentina, França, Inglaterra, Suíça e Alemanha

OUTROS PONTOS DE VULNERABILIDADE-

Recrutamento de jovens de pequenas cidades do interior do Paraná e Minas Gerais para a exploração do trabalho em restaurantes de Curitiba e Região Metropolitana

- Imigrantes muçulmanos da Índia, Bangladesh, Paquistão e Nigéria trazidos irregularmente por Foz e Guairá para trabalho em frigoríficos, no processamento da carne Halal

- Agenciamento de paranaenses (principalmente decasséguis) das regiões de Maringá, Curitiba e Londrina para a exploração do trabalho no Japão

- Tráfico de pessoas para transporte de drogas e contrabando de mercadorias entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai)



Fontes: Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)

Folha Arte

Divergências sobre mudanças na lei

Há mais de um ano a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) criou o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná (NETP-PR). Segundo a psicóloga Cláudia da Silva Ribeiro, integrante do núcleo, o estabelecimento do NETP-PR atende a exigência da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Governo Federal.

O núcleo paranaense atua em três frentes básicas. A primeira é a prevenção, com eventos para orientação (em escolas, por exemplo) a respeito do tráfico de pessoas, seu funcionamento, os públicos mais vulneráveis e medidas para evitar o crime. Depois vem o atendimento jurídico, psicológico e social de vítimas. E por fim, o chamado recâmbio de vítimas: encaminhamento de pessoas resgatadas para outros Estados, assim como o retorno de paranaenses vítimas do tráfico de pessoas em outras localidades.

Cláudia explica que o NETP-PR ainda não possui números precisos e pesquisas sobre esses crimes, mas aponta que os objetivos principais do tráfico de pessoas no Paraná são a exploração de mão de obra e sexual e a adoção ilegal. "Por ser fronteira, o Paraná está muito mais sujeito (a ocorrências desse tipo de crime). Não temos um controle rigoroso de entradas e saídas. Em um evento que organizamos, um policial federal de Foz do Iguaçu disse que se lembrava de ter deixado passar (na fronteira) um casal com duas crianças sem pedir docu-

mentos", explica a psicóloga.

Ela aponta duas grandes dificuldades para punir os responsáveis por tráfico de pessoas. "Uma particularidade desse crime é que muitas pessoas não querem denunciar, por medo, vergonha, até preconceito da sociedade. A postura de muitos é: 'até aceito vir ao núcleo, falar sobre o que aconteceu, mas não quero (que seja aberto) inquérito, não quero ação (na Justiça)'. Outra dificuldade é caracterizar o crime. Uma estudante da Unibrasil (universidade curitibana) nos apresentou um caso que tinha todas as características de tráfico de pessoa, mas foi classificado como exploração sexual", explica Cláudia.

Ela acredita que há necessidade de mecanismos legais para aprimorar a tipificação do tráfico de pessoas, porque hoje ocorre "junção de outros crimes" no processo para punir os responsáveis. "As punições ficam mais leves", lamenta.

Segundo a pesquisa do CNMP, entre os casos de tráfico de pessoas registrados em todo o Brasil entre 2000 e 2012 pelos ministérios públicos estaduais, Militar e do Trabalho em que foi possível classificar os documentos por tipo (inquérito policial, peça de informação, notícia de fato ou processo judicial), em apenas 24,11% deles foi gerada ação judicial.

Atualmente, está tramitando no Congresso Nacional um projeto de lei que amplia a caracterização do tráfico de pessoas, altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece regras mais rígidas para a adoção de crianças. O texto foi apresentado pelos integrantes da CPI do tráfico de pessoas.

A procuradora do trabalho Cristiane Sbalqueiro Lopes discorda e não acredita que sejam necessárias mudanças na lei. "O que é preciso é fazer a articulação para o combate a esse crime. A estrutura de apoio às vítimas é muito pequena ainda. A pessoa tem que saber que vai ser ouvida e vai ter segurança para falar. Outra questão é que os coíotes agem em outros países sul-americanos. O enfrentamento do tráfico de pessoas exige o contato com as polícias e promotorias de outros países", argumenta.

O delegado Renato Lima, da Polícia Federal, também acha que não é necessário mudar a legislação. "O que está na lei está bom. É claro que sempre há algo a ser aprimorado. Mas a pena já é rigorosa, reclusão de três a oito anos, e existe possibilidade de aumento de pena se a vítima for menor de 18 anos", justifica. "O que queremos enfatizar é que a PF está sempre aberta. Pedimos para que quem tiver suspeita de algo nos procure." (E.G.)

'Por ser fronteira, Paraná está muito mais sujeito. Não temos um controle rigoroso de entradas e saídas'

CONTINUA

02 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Governo e CPI destacam realidade paranaense

A Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, divulgou no ano passado a pesquisa Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira, feita em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), organização internacional com sede em Viena, na Áustria. O estudo traz informações sobre esse tipo de crime nos 11 Estados brasileiros que fazem fronteira com outros países.

O Paraná é destacado como uma das áreas de vulnerabilidade e maior risco de incidência do tráfico de pessoas no País. A pesquisa aponta sete rotas básicas do crime no Estado, duas de exportação e cinco de importação (veja quadro nesta página).

No tráfico de pessoas para o exterior, os objetivos principais são o envio de crianças e adolescentes para adoção ilegal, especialmente nos Estados Unidos, Paraguai e Argentina (com uma rota interna para a Grande Curitiba), e de mulheres para exploração sexual na Eu-

ropa e na Argentina.

Nas cinco rotas que trazem pessoas para o Estado, duas estão relacionadas à exploração de trabalhadores, vindos de outras regiões brasileiras e do Paraguai, em áreas rurais (corte de cana e madeira, colheita de erva-mate, lavoura de tomate e pecuária) e na construção civil. Uma diz respeito à utilização de mulheres paraguaias em serviços domésticos na região da Tríplice Fronteira. As duas restantes são para exploração sexual de mulheres: uma de brasileiras, especialmente em Foz do Iguaçu, Guaíra, Curitiba e Paranaguá, e outra de argentinas e paraguaias – esta concentrada na fronteira.

Além dessas rotas principais, o estudo relaciona outros pontos: recrutamento de jovens de cidades pequenas do interior paranaense e de Minas Gerais para o trabalho em restaurantes em Curitiba e Região Metropolitana; a vinda de imigrantes muçulmanos (da Índia, Bangladesh, Paquistão e Nigéria) para trabalhar em frigoríficos; emigração para o Japão de trabalhadores, especialmente decasségus, das regiões de Maringá, Curitiba e

Londrina; tráfico de pessoas para transporte de drogas e contrabando de mercadorias na Tríplice Fronteira.

Aprovado em maio no Congresso Nacional, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do tráfico de pessoas, que investigou causas, consequências e responsáveis por crimes desse tipo praticados em todo o Brasil, citou três situações do Paraná.

A primeira é o registro de adoções internacionais supostamente irregulares intermediadas por uma ONG paulista e realizadas principalmente em São João do Triunfo (Campos Gerais) e no município catarinense de Gaspar. A segunda é o caso das “crianças inadotáveis”, que, de acordo com relatos, não podem ser adotadas por uma nova família porque um juiz da Vara da Infância não destituiu o poder familiar dos pais biológicos.

A terceira também ocorreu em São João do Triunfo, onde sete crianças foram entregues para adoção nos Estados Unidos. A mãe biológica alega que os filhos foram retirados da sua guarda de forma ilegal. No ano passado, após o programa Fantástico, da TV Globo, mostrar o caso, o Ministério Público do Paraná emitiu nota em que argumentou que o processo de adoção seguiu todas as regras da lei. (F.G.)

Há registro de adoções internacionais supostamente irregulares intermediadas por ONG

02 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

PAINEL IMOBILIÁRIO

Contrato de comodato e o dever de pagar aluguel

O contrato de comodato é regido pelo Código Civil (artigos 579 a 585) e constitui, basicamente, em um empréstimo de uma coisa não fungível, que se perfaz pela tradição, entrega da coisa, seja ela móvel ou imóvel, de forma gratuita, por prazo determinado.

Quando o comodato se faz por prazo indeterminado, o comodante – como é chamado o proprietário do bem emprestado – deve notificar o comodatário para restituir a coisa em um prazo preestabelecido.

O que muito se discute neste instituto, é o dever de pagar aluguel quando o contrato se encerra e o comodatário se recusa a entregar o bem, seja pela perda, seja pela simples opção de não restituí-lo.

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do Recurso Especial n.º 1.188.315, posicionou entendimento de que os aluguéis decorrentes da não restituição de bem dado em comodato por prazo determinado são devidos independentemente de prévia estipulação contratual.

No caso citado, o Estado do Amazonas ingressou com ação em face do Município de Parintins, pedindo a restituição de seis rádios comunicadores de propriedade daquele, objeto de comodato, ou, a indenizá-lo por perdas e danos, além de pleitear o pagamento de aluguéis após o término do contrato.

Apesar do entendimento das instâncias inferiores se dar no sentido de ausência de previsão contratual prévia para a fixação de aluguéis, o STJ entendeu que, mesmo não havendo prévia estipulação contratual, é dever do comodatário, pagar, à título de aluguel, um valor estipulado pelo comodante, consoante preconiza o art. 582 do Código Civil.

Segundo o Ministro Relator Villas Boas Cuêva, os valores pagos a título de aluguel são devidos desde a constituição em mora do comodatário, ou seja, desde o prazo estabelecido para o término do contrato de comodato.

Outro fato que chama atenção consiste na fixação do valor do aluguel, que será estipulado pelo comodante, de maneira unilateral, não existindo nenhum óbice que esta fixação venha a ocorrer após a recusa do comodatário em restituir o bem emprestado.

BRUNO MANGILE é advogado e membro da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB/PR - Londrina

03 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Desembargadores escolhem hoje novo presidente do TJ

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Três candidatos disputam a principal cadeira do Judiciário estadual após gestão tumultuada

Curitiba- Os três candidatos à presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná têm opiniões semelhantes acerca das principais polêmicas que envolvem o Judiciário. A **FOLHA** entrevistou os desembargadores Jorge Wagih Massad, Luiz Carlos Gabardo e Paulo Roberto Vasconcelos, que se enfrentam hoje, para saber o que eles pensam sobre temas como desequilíbrio entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição e concessão de auxílio-moradia a magistrados. Massad foi o único que aceitou receber a reportagem pessoalmente. Os demais enviaram suas respostas por e-mail.

O vencedor do pleito, marcado para as 13h30, será aquele que obtiver a maioria absoluta (metade dos votos mais um). O colégio eleitoral é formado pelos 120 desembargadores do TJ. Caso nenhum magistrado alcance número suficiente de votos, será realizado um segundo escrutínio. O presidente eleito para o biênio 2015-2016 substituirá Guilherme Luiz Gomes, que assumiu o posto em outubro de 2013, após a renúncia de Clayton Camargo.

Primeiro x segundo grau

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostraram que, em 2013, o primeiro grau concentrava em torno de 90% dos processos do TJ. O investimento, contudo, não era feito na mesma proporção. Massad reconhece o problema, no entanto, defende que a questão dos recursos e da infraestrutura não seja encarada de forma setorializada. "A administração do Tribunal não pode ver o primeiro grau diferentemente do segundo. Senão, nós ficamos com aquela teoria do cobertor pequeno: você cobre a cabeça e descobre os pés; cobre os pés e descobre a cabeça. Temos que cobrir a cabeça e os pés", argumentou.

Gabardo vai na mesma linha. Segundo ele, a comparação é complexa, uma vez que as estruturas e atribuições são plenamente distintas. "De todo modo, é importante destacar que a administração do Tribunal tem voltado suas atenções para o primeiro grau. Nos últimos anos, foram criados novos cargos de juiz, instaladas novas varas, construídos novos fóruns e contratados servidores", disse.

Atual vice-presidente, Vasconcelos falou que percebeu, durante inúmeras visitas às comarcas do Estado, "grande empenho" de todos os juízes e servidores em superar as adversidades. "O principal desafio a ser enfrentado é a modernização da gestão, com uma nova estrutura organizacional e melhor distribuição da força de trabalho, corrigindo, inclusive, distorções".

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

03 NOV 2014

Correição do CNJ

A correição feita pelo CNJ no Tribunal paranaense em abril de 2013 revelou problemas como indícios de nepotismo, irregularidades na concessão de férias, licenças em excesso para funcionários e elevado número de comissionados. A inspeção foi motivada por denúncias envolvendo a gestão do ex-presidente Clayton Camargo, acusado de suposto tráfico de influência por conta da eleição de seu filho, Fabio Camargo, ao Tribunal de Contas (TC). Nenhum dos três candidatos quis comentar as investigações sobre Camargo. Todos, contudo, prometem empenho para acatar as recomendações do CNJ, evitando problemas futuros.

"Eu imagino, digo imagino porque não sou da cúpula do Tribunal, que a Presidência, atendendo às determinações do Conselho, já solucionou (as questões levantadas). E diria que qualquer coisa que venha a afrontar as recomendações do CNJ terão de ser resolvidas, porque o Conselho virá novamente. O objetivo é esse: cumprir a lei", afirmou Jorge Massad. Apesar de ter sido contra a instituição do CNJ, o magistrado hoje reconhece a importância dos serviços prestados pelo órgão, "porque ele atua exatamente onde as corregedorias não funcionavam".

Luiz Gabardo também garante que, se eleito, tudo fará para que o TJ "continue a prestar eficientes serviços judiciários à sociedade paranaense". "A instituição TJ-PR tem como valores a Justiça, a ética e a transparência, os quais tenho honrado em mais de 30 anos de magistratura. Tenho fé na justiça e sempre considereirei o Poder Judiciário uma instituição sagrada". Paulo Roberto Vasconcelos, por sua vez, disse acreditar que as irregularidades constatadas pelo CNJ foram resolvidas. "Porém, uma análise mais acurada só poderá ser feita após a assunção da Presidência do Tribunal, caso eleito".

Auxílio-moradia

Os três concorrentes também defenderam a concessão do auxílio-moradia, fixado em R\$ 4.377,73, aos cerca de 800 juízes e desembargadores do Estado. O valor é correspondente a 14,86% dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 29.462,25. Atualmente, os magistrados com direito ao benefício recebem a incorporação tendo como base 15% de seus próprios vencimentos, o que pode variar de R\$ 3,2 mil a R\$ 3,9 mil. Com o aval do STF e do CNJ, contudo, devem ter o reajuste incorporado.

CONTINUA

03 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O argumento é o mesmo, de que o benefício está inserido na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, de 1979, e de que seria uma maneira de compensar o não cumprimento de uma Emenda Constitucional, aprovada em 2005, que reajustaria anualmente as vantagens concedidas aos magistrados. "Não é uma coisa digerível você pensar que alguém que está no fim de carreira, que está em sua casa própria, tem auxílio-moradia e auxílio-alimentação. Mas, acredite, foi a forma legal que nós encontramos de cumprir com uma omissão do governo federal de nos solapar aquilo que é direito constitucional, a atualização do subsídio", afirmou Massad. "Acrezca-se, ainda, que os magistrados desempenham relevante trabalho para toda a sociedade, pelo que a valorização de desembargadores e juizes será meta de nossa gestão", acrescentou Gabardo.

Assim como os demais candidatos, o atual vice-presidente do TJ cita o que chama de omissão das autoridades competentes como justificativa para o STF e o CNJ autorizarem a concessão do auxílio. "Ao juiz cabe uma remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade decorrente de sua função, julgar sobre a vida e o patrimônio das pessoas, de modo que tenha independência e segurança", defendeu.

03 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PENSÃO POR MORTE DEVE SER PAGA AOS DEPENDENTES DE SEGURADO ATÉ 21 ANOS DE IDADE

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu pedido de uma estudante maranhense para que ela continue a receber a pensão por morte de seu pai até completar 21 anos, uma vez que é estudante universitária. O colegiado, de forma unânime, seguiu o entendimento do relator do caso, ministro Jorge Mussi.

Em seu voto, o ministro afirmou que “a jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que a pensão por morte rege-se pela legislação em vigor na data

do falecimento do segurado, em atenção do princípio *tempus regit actum* – o tempo rege o ato, ou seja, os atos jurídicos se regem pela lei da época em que ocorreram.

No caso, quando o pai da estudante morreu (4/12/2006), vigia no estado do Maranhão a Lei Complementar 73/04, que dispunha sobre o sistema de seguridade social dos seus servidores e estabelecia que a pensão por morte era devida aos filhos solteiros menores de 18 anos.

PRECATÓRIOS PODEM SER FRACIONADOS PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 564132, interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul para tentar impedir que advogados consigam fracionar o valor da execução de precatórios, de forma a permitir o pagamento de honorários por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), antes mesmo de o valor principal ser pago.

Os ministros entenderam ser possível a execução autônoma dos honorários, independentemente do valor principal a ser recebido pelo cliente.

A matéria em discussão nesse RE – a possibilidade de fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios – teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual da Corte em dezembro de 2007.

03 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPREMO DECLARA INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI QUE EXIGIA DECLARAÇÃO DE BENS DE AGENTES PÚBLICOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) referentes à Lei 5.388/2009, do Rio de Janeiro, que tornava obrigatória a entrega de declaração de bens de agentes públicos estaduais, inclusive magistrados, à Assembleia Legislativa do estado (Alerj).

O relator das ações, ministro Dias Toffoli, votou no sentido de confirmar a liminar deferida pelo ministro Menezes Direito (falecido),

em maio de 2009, que suspendeu a eficácia de dispositivos da norma.

Para a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), autoras das ADIs 4203 e 4232, respectivamente, os magistrados não devem se reportar ao Legislativo estadual, pois têm autonomia assegurada pela Constituição Federal e seguem regras específicas.

SEGUNDA TURMA CORRIGE RESTRIÇÃO EXCESSIVA A BENS DE EMPRESA ACUSADA DE FRAUDE EM MERENDA ESCOLAR

Em decisão unânime, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que a determinação de indisponibilidade de bens da empresa Nutriplus, acusada de fraudar licitações da merenda escolar em São Paulo, foi desproporcional e excessiva.

Embora o contrato sob suspeição, no seu caso, envolva cerca de R\$ 8 milhões, a indisponibilidade contra o patrimônio da Nutriplus foi determinada até o limite de R\$ 110 milhões.

O caso ficou conhecido como "cartel da merenda escolar". De acordo com a de-

núncia, uma organização criminosa composta por empresas fornecedoras de merenda e agentes públicos atuava em diversos municípios de São Paulo para fraudar licitações, superfaturar contratos e oferecer alimentação em menor quantidade e de baixa qualidade às escolas.

A Nutriplus foi acusada de participar de um conluio de empresas para fraudar licitação na cidade de Jandira (SP). O Ministério Público ajuizou ação civil de improbidade administrativa contra os envolvidos, com pedido de liminar para indisponibilidade de bens.

03 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rosa Weber determina que Congresso vote reajuste de salário de ministros do STF

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, na sexta-feira (31), que o Congresso Nacional vote o aumento de salário aprovado pelos ministros da Corte junto com a proposta do Orçamento Geral da União de 2015. A ministra atendeu pedido feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o reajuste seja incluído na proposta original do orçamento, sem modificações.

De acordo com entendimento da ministra, os projetos de lei devem ser apreciados dentro da proposta. “Defiro o pedido de medida liminar, para assegurar que as propostas orçamentárias originais, encaminhadas pelo Poder Judiciário, incluído o Conselho Nacional de Justiça, pelo Ministério Público da União e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, anexas à Mensagem Presidencial nº 251/2014, sejam apreciadas pelo Congresso Nacional como parte integrante do projeto de lei orçamentária anual de 2015”, decidiu a ministra.

Segundo a PGR, os projetos de lei enviados pelo Judiciário ao Executivo, nos quais constam pedidos de aumento de salário, não foram incluídos, na íntegra, no orçamento. De acordo com o Ministério do Planejamento, as propostas originalmente encaminhadas pelo Judiciário e pelo Ministério Público da União foram encaminhadas em anexo ao texto enviado ao Congresso, “para conhecimento final e deliberação sobre a matéria”.

Conforme a proposta aprovada, em agosto, pelo STF, a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem, os ministros da Corte passariam a ganhar R\$ 35.919,00, caso o reajuste fosse aceito pelo Congresso Nacional. O salário atual é R\$ 29.462,25. Para calcular o aumento, os ministros levaram em conta a recomposição inflacionária de 16,11%, referente ao período de 2009 a 2014. A proposta também contempla os servidores do Judiciário. A proposta aumenta, ainda, os vencimentos dos procuradores da República.

Outro reajuste para os ministros está previsto para o dia 1º de janeiro de 2015, de acordo com a Lei 12.771, de 28 de dezembro de 2012, que definiu o valor dos vencimentos dos ministros até 2015. Os vencimentos vão passar para R\$ 30.935,36.

01 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

STF inclui reajuste a juizes no Orçamento

Ministra determina que proposta do Judiciário para 2015 seja analisada pelo Congresso na íntegra; governo havia encaminhado com cortes

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, determinou que as propostas orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público para 2015 sejam analisadas na íntegra pelo Congresso no debate sobre o projeto de Lei Orçamentária Anual encaminhada pela Presidência da República.

No final de agosto, o governo federal encaminhou o orçamento do próximo ano ao Legislativo com um corte nos valores pleiteados pelo Judiciário. A ministra Rosa Weber, considerou a supressão dos valores "ilegítima" e determinou que seja assegurado ao Legislativo "conhecimento irrestrito das propostas orçamentárias".

O corte feito pela União foi objeto de crítica por ministros do Supremo, que consideraram a medida inconstitucional. No entendimento dos ministros e também da Procuradoria-Geral da República, o poder para vetar verbas no Orçamento é exclusivo do Legislativo. Só o Congresso poderia reduzir o orçamento do Judiciário, cabendo ao Executivo apenas encaminhar a proposta.

A Procuradoria-Geral da República levou o caso ao Supremo por meio de mandado de segurança. Anteontem, a ministra Rosa Weber decidiu deferir o pedido de liminar para "assegurar que as propostas orçamentárias originais" sejam apreciadas pelo Congresso como parte integrante do projeto de lei orçamentária anual.

o Reajuste

R\$ 35.919

é o valor proposto para o salário dos ministros do STF a partir de janeiro de 2015. A remuneração atual é de R\$ 29,4 mil mensais

O Orçamento da União inclui a verba prevista também para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público.

"O equilíbrio orçamentário e o compromisso com a geração de resultados primários positivos há de ser objeto de debate no âmbito do Poder Legislativo, ao qual incumbirá deliberar acerca da anulação das despesas que, em juízo de valoração política, sejam havidas por menos relevantes, em cotejo com as demais", disse a ministra em seu despacho.

Salários. O Congresso poderá cortar parte da verba pleiteada pelo Judiciário, mas o montante total deve ser levado aos parlamentares para análise.

O orçamento previsto para o Poder Judiciário da União era de R\$ 11,7 bilhões. Apenas o orçamento reservado para o Supremo chegava a R\$ 154,8 milhões, sendo que só foram concedidos cerca de R\$ 5 milhões pelo governo. O corte deve comprometer uma proposta enviada pelo Supremo para reajustar os salários dos ministros para R\$ 35.919 mensais. Atualmente, os integrantes da Corte recebem R\$ 29,4 mil.

A decisão de Rosa Weber tem caráter liminar e atende o pedido da Procuradoria-Geral da República para que o Orçamento da União seja analisado por completo. As propostas orçamentárias do Judiciário e do Ministério Público não devem ser analisadas como mero anexo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, mas sim como parte integrante do texto.

Responsabilidade fiscal. Ao Supremo, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apontou que o "acolhimento integral das propostas" do Judiciário e do Ministério Público "ofenderia a lei de diretrizes orçamentárias e a lei de responsabilidade fiscal".

O ESTADO DE S. PAULO

Fiança representa 69% das medidas cautelares em SP

Delegados de polícia podem fixar valores para acusados de crimes não violentos e cuja pena máxima é de quatro anos

Felipe Resk

O número de detidos em flagrante mantidos em prisão provisória teve uma queda de 26,6 pontos percentuais na cidade de São Paulo, segundo relatório do Instituto Sou da Paz e da Open Society Foundation, desde a entrada em vigor da Lei das Cautelares, há três anos. No primeiro ano da nova legislação, criada para desafogar o sistema prisional brasileiro, a taxa de presos provisórios flagrados em delito caiu de 87,9% para 61,3% só na capital.

A pesquisa, obtida com exclusividade pelo Estado, analisa os efeitos da Lei 12.403/11 e compara as prisões provisórias (sem julgamento nem sentença) efetuadas em 2012 com as do ano anterior.

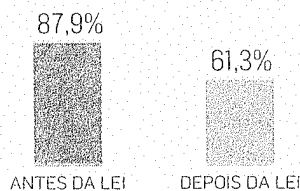
Para o coordenador do estudo na capital, Marcello Fragano Baird, do Sou da Paz, os dados indicam impacto positivo no percentual de presos em flagrante, mas o encarceramento em massa ainda persiste. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), são 71 mil presos provisórios, o que representa 24% do total de detentos do sistema paulista. "Ainda há um longo caminho para garantir o direito (de defesa) dos presos e para desafogar o sistema carcerário", diz Baird.

Antes da Lei das Cautelares, só existiam duas opções: aguardar o julgamento em liberdade provisória ou na prisão. Agora, nove medidas podem ser adotadas pelos juizes em substituição à prisão preventiva. O objetivo da legislação é, além de reduzir a superlotação carcerária,

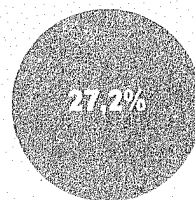
IMPACTO DA LEI

As cautelares são conferidas a alguns crimes sem violência

Prisão provisória como primeira medida cautelar



Principais medidas para quem aguarda julgamento em liberdade



FIANÇA*

37%

PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA

1,6%

RECOLHIMENTO DOMICILIAR NOTURNO

*O aumento das liberdades concedidas é resultado da ampliação da competência dos delegados para arbitramentos de fiança

FONTE: ARP E SOU DA PAZ INFOGRÁFICO/ESTADÃO

diminuir custos e evitar que réus com menor potencial criminoso tenham contato com presos mais perigosos.

Resistência. "Sempre houve

uma certa resistência por parte dos magistrados em conceder medidas cautelares, mas a lei tem invertido essa lógica", afirma o juiz Alex Zilenovski, ex-corregedor do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária (Dipo). "Ainda assim, se percebe que elas são subestimadas. Muitos continuam acreditando que só a prisão vai resolver os problemas", diz.

Marilda Pansonato, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (ADPESP), avalia também que o não encarceramento pode ter implicações negativas. "Um dos problemas é que o não cumprimento da pena cria uma sensação de impunidade."

A lei permite, porém, que delegados de polícia fixem fiança aos acusados de crimes, contanto que a pena máxima prevista não exceda quatro anos. Medida mais usada em São Paulo por delegados e juizes, a fiança, aplicada em mais da metade dos crimes contra o patrimônio sem violência, representa 69% das cautelares, seguida de proibição de se ausentar da comarca e recolhimento noturno. Na avaliação do Instituto Sou da Paz, a lei seria mais eficiente se as medidas fossem diversificadas.

Comparativo. O relatório aponta que o impacto da lei foi maior em São Paulo do que no Rio, onde o número de presos em flagrante mantidos em prisão caiu de 83,8% para 72,3%. Os resultados das duas cidades foram compilados no mesmo relatório, financiado pela instituição de Nova York. No Rio, o parceiro foi a Associação pela Reforma Prisional (ARP).

01 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

358

por 100 mil habitantes é a atual taxa de encarceramento do Brasil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Número de presos provisórios cresce 31,8% em quatro anos

O número de presos provisórios em São Paulo cresceu 31,8% desde 2010, um ano antes de entrar em vigor a Lei das Medidas Cautelares. Na época, o Estado registrava 54.388 presos aguardando julgamento – eles são agora 71.731 detentos. Os dados são do Ministério da Justiça.

O total de presos nas penitenciária paulistas também aumentou no período: era 170.916, em 2010, e atingiu 204.946 em 2014. No Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há 563 mil presos, dos quais 231 mil são provisórios (41%).

“Há um ingresso muito grande no sistema penitenciário em razão de prisões em flagrante por tráfico, porque em vários tribunais estaduais se entende que, por se tratar de um crime que a Constituição classificou como equiparado ao hediondo, a prisão em flagrante e a sua manutenção são praticamente uma exigência do Poder Constituinte”, disse o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogério Schietti Cruz.

Além do tráfico de entorpecentes, a cultura de prisão no Judiciário seria um dos fatores da ineficiência da Lei das Cautelares. Segundo Cruz, grande parte dos juízes ainda não aplica alternativas à prisão preventiva. “Mas hoje há providências que, em alguns casos, têm o

mesmo grau de eficácia de uma prisão preventiva e que não trazem as consequências danosas do convívio carcerário.” Atualmente, há um projeto de lei para obrigar o juiz a dizer, antes de decretar prisão, a razão para não aplicar as medidas cautelares. / RAQUEL BRANDÃO, ESPECIAL PARA O ESTADO

ANÁLISE: Marcos Fuchs

Um detento custa R\$ 1.350 por mês aos cofres públicos

A redução é tímida e mostra que os juízes e delegados não estão aplicando a lei como deveriam. Em alguns casos, a Polícia Civil já arbitrou fianças elevadas para crimes de pequeno potencial ofensivo, os cometidos por necessidade de sobrevivência. Em um primeiro momento, a carência de usar uma medida cautelar passa justamente pela mão do delegado, responsável por aplicar a prisão em flagrante. A autoridade deve ter critérios na hora de pedir uma fiança para o juiz não mandar um pequeno transgressor para o Centro de Detenção Provisória.

Esse perfil de preso geralmente costuma ficar pouco tempo encarcerado. Após a primeira audiência na Justiça, em torno de quatro meses após a prisão em flagrante, ele é liberado pelo juiz. Mas esse tempo em que ficou preso por falta de aplicação da lei custou caro para o Estado. O custo de um detento para os cofres públicos em São Paulo é de R\$ 1.350 por mês.

Falta o bom senso, já que está claro que a prisão não resolve o problema da violência. Pelo contrário, assim como a população carcerária aumenta, as estatísticas criminais também. Há uma certa resistência dos juízes em aplicar as medidas cautelares. Eles sentem que fazer valer a lei é acionar o poder público interferir no Judiciário. Os números também demonstram que o Brasil necessita de audiências de custódia, para que haja defesa perante um juiz.

01 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Mais um livre das grades

Ao comentar, em 2011, um relatório da Anistia Internacional sobre a situação dos presídios no Brasil, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, admitiu: “Infelizmente, o sistema prisional brasileiro chega a ser praticamente medieval”. E anunciou a articulação de “medidas urgentes” com os governos estaduais para amenizar o problema, já que os Estados são os principais responsáveis pelo sistema carcerário. Na segunda-feira, a Justiça italiana negou o pedido do governo brasileiro de extradição do ex-diretor do Banco do Brasil, o “companheiro” Henrique Pizzolato, condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo do mensalão, sob a alegação de que as prisões brasileiras não oferecem garantias aos direitos humanos dos reclusos.

Condenado a 12 anos e 7 meses de prisão e foragido na Itália, para onde viajou com passaporte falso – razão pela qual estava preso –, Pizzolato foi libertado após o indeferimento do pedido de extradição e se juntou ao grupo cada vez maior dos corruptos brasileiros “todos soltos”, na expressão indignada de Dilma Rousseff que pontuou os debates eleitorais.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, manifestou justificada preocupação com o fato de que a decisão da Corte de Apelação de Bolonha que beneficiou Pizzolato pode abrir um precedente “muito pe-

rigoso para o Brasil, que é não conseguir extraditar mais ninguém da comunidade europeia”. De fato, é de imaginar que as cortes europeias tendam doravante a não permitir que criminosos sejam extraditados para cumprir pena em presídios classificados de “medievais” pelo próprio governo brasileiro.

Esse lamentável episódio reacende a discussão sobre a situação caótica do sistema prisional brasileiro e as razões pelas quais não se vislumbra solução para esse descabro que envergonha o Brasil perante a comunidade internacional que preza os direitos humanos. Deve ser mais difícil para os estrangeiros entender essa faceta pouco civilizada da realidade brasileira, quando se sabe que o País é governado há 12 anos por um partido político que se autopromete monopolista da virtude e defensor intransigente dos direitos dos cidadãos.

A construção e manutenção de presídios é responsabilidade compartilhada pelos poderes públicos estadual e federal. O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, é responsável pela gestão da política penitenciária e encarregado de zelar para que as normas da execução penal sejam aplicadas no País.

Para quem conhece a realidade brasileira e o perfil dos atuais donos do poder, porém, é fácil de compreender o que há por detrás da condição “medieval” das prisões que tanto tem chocado um ministro da Justi-

ça impotente para corrigi-la.

Obcecado pela ambição de se perpetuar no poder, o lulopetismo investe prioritariamente, por um lado, em projetos e programas de grande apelo popular e, por outro, em iniciativas que lhe permitam exercer controle sobre os movimentos sociais. Entre os primeiros destacam-se o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, que, além de cumprirem a óbvia obrigação do governo de promover a inclusão social dos despossuídos, rendem polpudos dividendos eleitorais. E também o engajamento em projetos de grande visibilidade como a Copa do Mundo e a Olimpíada, importantes para projetar o País no cenário internacional.

Dentre as iniciativas que objetivam conformar o sistema representativo nacional aos padrões bolivarianos de que o PT é admirador assumido, destacam-se as tentativas de promoção da “democracia direta” com a criação de conselhos populares e consultas plebiscitárias, além do “controle social” da mídia. São iniciativas de forte apelo popular às quais só ousam se opor “eles”: a elite e a mídia golpista. Isso é tudo o que verdadeiramente interessa ao projeto de poder do PT.

Contribuir para a reforma do sistema prisional não é, portanto, prioridade para os petistas. Até porque, pragmaticamente consideradas as circunstâncias, nenhum eleitor quer ouvir falar na construção de presídio em sua cidade. Melhor, então, deixar quieto.

01 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Petição ou besteiral?

Não é só a extensão que caracteriza a ação civil pública impetrada pela Defensoria Pública de São Paulo para limitar a atuação da Polícia Militar (PM) em manifestações. Com 139 páginas, o texto também é marcado por uma oposição maniqueísta entre direito de reunião e garantia da ordem pública, em que os movimentos sociais são apresentados como fundamentais para uma “democracia vibrante” e o governo do Estado é mostrado como “aparato repressor” do direito de reunião.

Com base numa análise enviesada, a petição afirma que, apesar de atos isolados de desordem, a PM vem usando o conceito de ordem pública como pretexto para “criminalizar” o direito de reunião, “emudecer” o dissenso e esvaziar a “participação na pólis”. A petição diz que, ao liberar pela força ruas bloqueadas por manifestantes, a PM desrespeita direitos fundamentais – entre eles, o direito à cidade, que é definida como “espaço público de desenvolvimento da personalidade de seus habitantes, devendo ser instrumento de busca constante da felicidade”.

Para que essa felicidade seja obtida, diz a petição, é preciso ver “ontologicamente” o direito de reunião, encarando-o como “liberdade acromática”, que revela “uma garantia que pode ser fruída para diversas finalidades”. Esclarecendo essa “liberdade acromática”, a De-

fensoria argumenta que “o direito de reunião está mais para o caos do que para o cosmos”.

Para a Defensoria, “protestos contramajoritários” são naturalmente “conturbados”. Ao dispersar manifestantes que impedem o tráfego, a PM estaria favorecendo os veículos. “Essa preferência pelos veículos parte da equivocada ideia de que vias públicas servem apenas para circulação de bens e pessoas”, diz a petição, depois de criticar os motoristas que reclamam dos congestionamentos causados por passeatas. “Tolera-se ficar preso no trânsito por descabro administrativo, mas logo se mostra o inconformismo quando o motivo é o exercício legítimo de um direito constitucional.”

A Defensoria acusa a PM de ver “as massas como irracionais e tendentes à violência” e de fazer das movimentações da Tropa de Choque “uso ornamental para mostrar austeridade”. Entre outros pedidos acolhidos em caráter liminar pela Justiça, a Defensoria quer que a PM seja obrigada a “abster-se de impor limites de tempo e lugar às reuniões e manifestações públicas, mesmo nas situações em que houver interrupção do tráfego”. Exige que a relação entre a PM e os manifestantes seja intermediada por um negociador civil. E pede que a Tropa de Choque permaneça “fora da vista dos manifestantes”, para não inibi-los. Se não cumprir essas exigências, a PM terá de pagar multa de R\$ 500 mil por pro-

testo. “O valor não pode ser módico, pois envolve a frustração de direitos fundamentais, além de violar a dignidade da pessoa humana”, diz a petição.

Ao tratar da oposição entre direito de reunião e direito à ordem pública, os defensores alegam que o primeiro se sobrepõe ao segundo, sob a justificativa de que o direito de reunião é um “princípio jurídico de máxima efetividade”. Assim, “do confronto entre a liberdade de reunião e eventuais limites possíveis, deve prevalecer a interpretação que dê a maior amplitude possível à liberdade em questão, de modo a garantir a plena eficácia de seu conteúdo, tendo em vista que a regra geral é a de que o direito fundamental ganha eficácia plena, de modo que eventuais limitações jamais podem (*sic!*) comprometer o cerne do direito em questão”.

Com português sofrível e raciocínio tortuoso, esse parágrafo deixa claro que os defensores confundem o órgão em que trabalham com uma ONG. Eles pertencem à elite da administração pública e estão entre os segmentos mais bem remunerados do funcionalismo. É inacreditável que tenham produzido uma petição absurda, que evidencia o desconhecimento da ordem constitucional e do funcionamento das instituições jurídicas. Também é inacreditável que o juiz que acolheu suas pretensões não tenha levado em conta os riscos de insegurança jurídica que seu despacho pode causar.

03 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Afadiga da magistratura

Além de reivindicar aumento de salário, os juizes brasileiros – que têm direito a dois meses de férias e em sua maioria recebem auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio pré-escolar e vale-livro – reclamam das medidas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para agilizar a tramitação dos processos e descongestionar os tribunais. Segundo eles, desde que o CNJ investiu em novas tecnologias de comunicação, adotando o processo eletrônico, e estabeleceu metas de produtividade, a carga de trabalho da magistratura aumentou, o que estaria deixando seus membros fatigados, vulneráveis a doenças ocupacionais e propensos à depressão.

“As doenças desencadeadas por estresse têm se acentuado significativamente. Os juizes que não cumprem as metas estão sendo penalizados por isso”, disse a vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Hadja Holanda de Alencar, em entrevista ao jornal *Valor*. “O surgimento de doenças ocupacionais tem sido muito comum entre juizes e servidores após a implantação do processo eletrônico, porque todos acabam ficando muitas horas em frente do computador”, afirma César Bochenek, desembargador do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região e presidente da Associação dos Juizes Federais.

As reclamações mais recor-

rentes são dos juizes trabalhistas. Segundo pesquisa feita em 2011 pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) com 706 dos 3,1 mil membros da corporação, 33,2% estiveram de licença médica entre 2010 e 2011; 41,5% alegaram ter diagnóstico de depressão; 45% disseram que iam para a cama depois da meia-noite; e 53,5% afirmaram que dormiam mal. Destes, 17,5% usavam medicamentos para depressão e ansiedade. “Os dados são alarmantes e devem ter piorado nos últimos anos com a implantação do processo eletrônico. Há um grau de tendência ao suicídio altíssimo entre juizes em geral”, observa o presidente da entidade, Paulo Luiz Schmidt. Ele anunciou que pedirá ao CNJ, durante o 8.^o Encontro Nacional do Poder Judiciário, que “flexibilize” as metas de produtividade para a Justiça do Trabalho em 2015, para preservar a saúde dos juizes.

Durante as reuniões preparatórias para esse evento, a Anamatra apresentou aos Tribunais Regionais do Trabalho proposta de criação de metas de redução dos fatores de risco à saúde de seus membros. A proposta não foi aprovada, mas o presidente da entidade divulgou nota afirmando que pedirá ao presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, a reformulação da política de metas de produtividade.

“É incompreensível que o mesmo segmento do Poder Ju-

diário que opera a proteção da cidadania e da dignidade no trabalho, inclusive no que diz respeito à saúde e segurança, não tenha a mesma preocupação com seus próprios magistrados. Somente a lógica da produtividade desenfreada, infelizmente estimulada pelo CNJ, sem respeito aos limites humanos, pode explicar uma insensatez de tal envergadura”, diz a nota da Anamatra.

Introduzida pelo CNJ para reduzir a morosidade na tramitação dos processos e racionalizar os tribunais, a política de metas sempre esbarrou na oposição da magistratura. As entidades representativas de juizes alegam que as metas costumam ser definidas “em ambientes herméticos, sem transparência, sem discussão e sem densidade democrática”. Para a Anamatra, as metas são “atos de voluntarismo do CNJ”, não levando em conta “o papel da Justiça do Trabalho” e não guardando “conexão com os interesses dos jurisdicionados”.

A Emenda Constitucional n.^o 45, que introduziu a reforma do Judiciário e criou o CNJ para modernizar a instituição, tramitou durante 13 anos no Congresso, até ser aprovada em dezembro de 2004. Dez anos depois, muitas de suas inovações continuam esbarrando em resistências corporativas, o que explica por que o Judiciário – em cujo âmbito a média salarial é pouco mais do que o triplo da média do Executivo – permanece como o mais atrasado dos Três Poderes.

31 OUT 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão equivocada

Acolhendo uma ação civil pública impetrada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o juiz Valentino de Andrade, da 10.^a Vara da Fazenda Pública da Capital, concedeu liminar proibindo a Polícia Militar (PM) de usar balas de borracha. Também determinou que sprays de pimenta e gás lacrimogêneo sejam usados só em casos extremos. E fixou o prazo de 30 dias para que a corporação apresente um plano de como atuará para conter manifestações de protesto. Se não cumprir o prazo, ela terá de pagar uma multa diária de R\$ 100 mil.

Pela decisão, o plano terá de detalhar as situações em que os manifestantes poderão ser dispersados e definir os oficiais que terão competência para ordenar a dispersão. “Tais medidas buscam apenas garantir o legítimo exercício do direito fundamental de reunião, em sua convivência com o dever do Poder Público de garantir a ordem pública”, disse o juiz.

Por limitar a ação da PM nas manifestações e desprezar a legislação que trata da matéria, a liminar causou perplexidade nos meios jurídicos. Ao manifestar-se no processo, o promotor Saad Mazloum afirmou que “não se pode admitir que, a partir de situações excepcionais, sejam padronizadas e burocratizadas as ações da PM”. O procurador-geral do Estado, Elival Ramos, afirmou que Defensoria Pública não tem competência legal para propor esse tipo

de ação e que o juiz teria exorbitado ao acolhê-la. O secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, disse que a PM “atua dentro dos limites da lei e segundo padrões reconhecidos internacionalmente”.

Criada pela Constituição de 1988 e destinada em São Paulo a substituir a antiga Procuradoria de Assistência Judiciária, a Defensoria Pública tem a função de atender cidadãos pobres que não têm condição de pagar advogados – ela não surgiu para fazer política, a pretexto de defender os chamados interesses difusos. O órgão também não “compartilha” prerrogativas com o Ministério Público – como afirmou, equivocadamente, o juiz da 10.^a Vara da Fazenda Pública. Além disso, um magistrado de primeira instância não pode interferir na formulação e execução de políticas de segurança que, pela Constituição, são de responsabilidade do Executivo. E, privilegiando argumentos políticos em detrimento do direito positivo, operadores jurídicos não podem fazer tábula rasa da manutenção e preservação dos patrimônios públicos e privados, sob a alegação de que protestos de rua são um “direito de ação coletiva”.

Nos protestos de 2013, a PM não soube agir de forma eficiente, surpreendida que foi pelo grande número de pessoas nos protestos. Mas isso não significa que suas atribuições funcionais possam ser limitadas pela primeira instância da Justiça.

No ano passado, os movimentos *Black Block*, *Anonymous* e demais grupos e “coletivos”

não exerceram a liberdade de manifestação de opinião. A pretexto de combater “símbolos do capitalismo”, recorreram à depredação e ao vandalismo – condutas tipificadas como delitos pelo Código Penal. Também não exerceram qualquer direito fundamental quando bloquearam o trânsito e queimaram ônibus, transformando uma cidade de 10 milhões de habitantes em refém.

O juiz da 10.^a Vara da Fazenda Pública desprezou esses fatos quando alegou que a questão suscitada pela Defensoria Pública envolveria “dois direitos colidentes: o direito de reunião e o direito do Estado de agir para a garantia da ordem pública”. Na realidade, essa colisão não existe, pois a Constituição é clara. Mais do que um direito, é dever precipuo do Estado garantir a segurança da sociedade. Por seu lado, os manifestantes têm a obrigação de respeitar a lei, por mais nobres que considerem suas causas e protestos. No Estado de Direito, os fins não justificam os meios.

Ao afirmar que sua decisão harmonizou “direitos em colisão”, com base num “juízo de ponderação”, o juiz da 10.^a Vara da Fazenda Pública confundiu alhos com bugalhos, desprezando regras elementares de hermenêutica jurídica. Se sua liminar não for cassada, a PM terá dificuldades para agir e badernas e truculências travestidas de “manifestações democráticas” comprometerão a paz social, a ordem pública e a segurança do direito.

31 OUT 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz nega pedido para que se reduza captação

Para magistrado, mudar a operação do Alto Tietê implicaria 'interferência do Judiciário em atos da administração pública'

A Justiça de São Paulo negou o pedido do Ministério Público Estadual (MPE) para que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) reduza imediatamente a retirada de água do Sistema Alto Tietê, que ontem caiu para 6,8% da capacidade, índice mais baixo da história.

Para o juiz Marcelo Sérgio, da 2.^a Vara da Fazenda Pública, o pedido de liminar dos promotores implica "interferência do Poder Judiciário em atos de gestão da administração pública".

O MPE queria a suspensão da portaria do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) que autorizou a Sabesp a aumentar a produção de água do Alto Tietê de 10 mil para 15 mil litros por segundo em fevereiro deste ano, já na crise de estiagem dos mananciais.

Segundo os promotores, a autorização foi "fundada em dado ideologicamente falso" e "acarretou o irrefreável, alarmante e histórico rebaixamento dos níveis de água acumulados nos reservatórios" do sistema. Desde o início do ano, a Sabesp tem usado o Alto Tietê para socorrer bairros que eram atendidos pelo Sistema Cantareira. No período, o nível das cinco represas que formam o sistema e abastecem hoje 4,5 milhões de pessoas caiu 40 pontos percentuais.

"Não vejo como os atos impugnados, que têm em mira a garantia do fornecimento de água à população, possam ser classificados como inadequados ao interesse público, sem

que seja feita aprofundada avaliação técnica", afirma o juiz na sentença. "O Ministério Público pretende, praticamente, assumir o controle da gestão da crise hídrica", completa.

Perícia. Segundo os promotores, os dados que serviram de base para o aumento em 50% na produção de água do Alto Tietê consideraram que a Represa Taiaçupeba, em Suzano, tinha uma capacidade 134% maior do que a real. "Não pode o Judiciário dar mais valor ao parecer do Ministério Público sem que tenha percorrido o contraditório e sem que esteja munido de opinião técnica de profissional não vinculado às partes", afirma o juiz, que determinou uma perícia no sistema.

O promotor Ricardo Manuel Castro disse que vai recorrer da decisão. "Manter o nível de retirada outorgado e ultrapassando as captações como têm sido feito é gerir o Alto Tietê até o esgotamento", disse. /F.L.e R.I.

JORNAL DO ÔNIBUS

STF quer garantir reajuste de juizes no Orçamento da União

03 NOV 2014

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na última sexta-feira a inclusão, no projeto do Orçamento Geral da União de 2015, da previsão de receitas e despesas aprovada originalmente pelo Judiciário e pelo Ministério Público. Essa previsão inclui proposta de aumento salarial a servidores, juizes, promotores, procuradores e minis-

tros das cortes superiores.

O aumento tinha sido excluído pelo Executivo do texto principal do Orçamento. A decisão da magistrada, no entanto, não obriga o Congresso Nacional a aprovar a proposta do Judiciário na íntegra. O Legislativo tem autonomia para reduzir ou aumentar a previsão de receitas e despesas dos poderes dentro do Orçamento da União. ●

MP-PR processa prefeito de Cascavel por improbidade



O Ministério Público do Paraná (MP-PR) propôs uma ação civil pública contra o Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT), e o secretário de Educação, Valdecir Antônio Nath, por improbidade administrativa. De acordo com a denúncia, o município contratou, entre 2007 e 2012, três empresas de transporte escolar sem licitação, mesmo com tem-

po hábil para realizar o processo, e causando assim, prejuízos aos cofres públicos.

Conforme o MP-PR, ao realizar a contratação, a prefeitura alegou situação emergencial, mesmo não havendo. Os promotores afirmaram que faltou planejamento da administração municipal, além de má gestão, já que o transporte de alunos da área rural é um serviço contínuo. ●

Notas políticas

Racismo na internet

O presidente da OAB, Marcus Vinicius Coelho, enviou à Polícia Federal pedido de abertura de inquérito contra os responsáveis por dois perfis de redes sociais que ofenderam nordestinos. A OAB argumenta que houve racismo. As ofensas foram postadas após a vitória de Dilma Rousseff (PT), quando internautas sugeriram a divisão do Brasil e a construção de um muro para separar o Nordeste e o Norte das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Ranking baixo

Relatório parcial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que o Paraná é um dos estados mais atrasados no cumprimento de uma das metas estabelecidas para 2014, que é julgar todos os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública iniciados até dezembro de 2012. Dos 5.219 processos acumulados até essa data na Justiça estadual – que colocavam o Paraná em 5º lugar no ranking de processos “em estoque” –, foram julgados 1.142 ou 22% do total.

03 NOV 2014

BEMPARANÁ

Depois das urnas

Gleisi é cotada para vaga no TCU

A ex-chefe da Casa Civil e candidata derrotada ao governo do Estado, senadora Gleisi Hoffmann (PT), é uma das cotadas para ser indicada a um cargo na vaga do ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge, que se aposenta no próximo dia 18, ao completar 70 anos. O Palácio do Planalto trabalha para emplacar um aliado no posto. A indicação de um substituto de perfil amigável é considerada estratégica pelo governo, pois o novo ocupante da cadeira herdará a relatoria dos processos de investigação da Petrobrás, entre

eles o que avalia prejuízos na compra da refinaria de Pasadena (EUA).

A apuração sobre Pasadena tem potencial para causar mais danos políticos à presidente Dilma Rousseff — que presidia o Conselho de Administração da Petrobrás na época da aquisição, iniciada em 2006. Egresso da oposição no Senado, José Jorge tomou posse no TCU em 2009 e é considerado pelos aliados da presidente um ministro rigoroso no julgamento de casos delicados para o governo.

Como relator, foi dele o

voto — seguido pela maioria do plenário — pelo bloqueio dos bens de 11 executivos da Petrobrás por dano ao erário de US\$ 792 milhões na aquisição da refinaria americana. A tomada de contas especial sobre o caso, ainda em curso, poderá implicar futuramente conselheiros de administração da companhia que deram aval ao negócio, entre eles a própria presidente. Inicialmente, a corte os excluiu da lista de responsáveis. O substituto de José Jorge tem de ser indicado pelo Senado, pelo critério definido na Constituição.

Supremo

Diante da possibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) contar com 10 ministros indicados pelo PT até 2018, a Câmara dos Deputados volta a discutir uma proposta que retira do Presidente da República a exclusividade de escolher nomes para o mais alto posto da justiça brasileira. A Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do líder do PPS na Câmara, deputado federal Rubens Bueno, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tem parecer pela admissibilidade, e está pronta para ser votada. “Essa proposta tramita desde 2011 e já passou da hora de ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça. Não é bom para a independência entre os poderes termos 10 ministros do STF indicados pelo mesmo partido”, cobrou o líder do PPS.

03 NOV 2014

BEMPARANÁ

OAB quer comissão da verdade para escravidão

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vota hoje a criação da Comissão da Verdade da Escravidão Negra, para pesquisar fatos relativos à escravização de africanos e seus descendentes e fazer um "resgate histórico e social" do país, revelando episódios que passaram ao largo da história oficial. Entre eles, o protagonismo em revoltas e insurreições e a contribuição da população negra para o desenvolvimento do Brasil.

A proposta da OAB é instalar uma comissão nacional, no âmbito da entidade, e também encaminhar ao governo federal a sugestão de criar a Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra, nos moldes da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Por dois anos a CNV pesquisou violações de direitos humanos pelo regime militar, entre 1964 e 1985. O trabalho termina em dezembro de 2014, com recomendações ao governo para passar a limpo o período.

"A OAB deve ser instrumento a favor da igualdade. O século passado abraçou a ideia da liberdade, agora precisamos promovê-la. Não podemos ter medo de olhar para o nosso passado. Precisamos revisitá-lo e entendê-lo, para que atrocidades contra a população negra não se repitam", disse, em nota, o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

Durante ato ecumênico ontem, em memória dos

mortos e desaparecidos da ditadura militar e contra o homicídio de jovens negros, o interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), Ivanir do Santos, disse que se a comissão da OAB for acolhida pelo governo, deve propor medidas para enfrentar o racismo. Ele relaciona o alto número de assassinatos de negros no país ao passado de escravização.

"Hoje ainda temos muitos jovens assassinados no país, na imensa maioria, negros. Por mais que se tente associá-los ao crime, eles não estão (associados). São jovens desempregados, sem qualificação, que moram em comunidades, nas periferias da grande cidade e em favelas e são assassinados por membros da polícia, de milícias e também pelo tráfico", disse. O estudo Mapa da Violência 2014, mostra que entre 2002 e 2012, por exemplo, o número de homicídios de jovens brancos caiu 32,3%, enquanto o dos jovens negros aumentou 32,4%.

Se for aprovada, a comissão começará a trabalhar em 2015, ano que marca o início da Década Internacional de Afrodescendentes, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), até 2024. Segundo a ONU, milhões de pessoas continuam sendo vítimas do racismo e da discriminação, "inclusive de suas manifestações contemporâneas, algumas das quais tomam formas violentas", aponta a resolução.

01 NOV 2014

IMPACTO PARANÁ

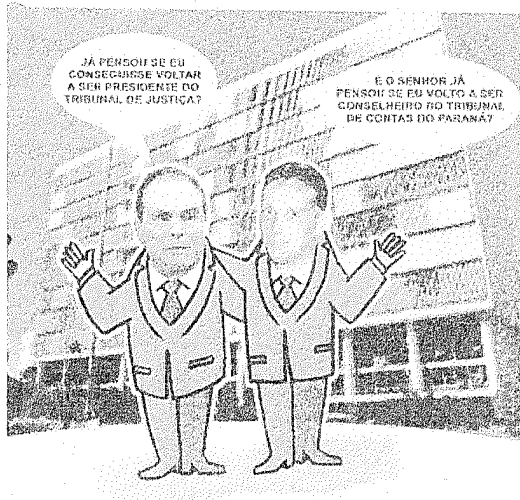
SERÁ QUE O FUTURO DO PAI E DO FILHO TERÁ DECISÃO EM 2014?

A ansiedade e a curiosidade certamente não é apenas dos dois.

Envolvidos com a sociedade paranaense, tanto um como outro deixaram rastros que construíram suas atuações nas áreas judiciária e política, caminhando agora para uma definição.

Os dois, principalmente o pai, vive a ansiedade de uma tentativa de aposentadoria dentro dos moldes naturais, embora saiba que os processos que estão caminhando nas altas esferas judiciais do país podem, ainda, comprometê-lo quanto ao futuro.

Fabio Camargo, afastado do Tribunal de Contas, tendo como certa sua volta ao cargo, embora dependa do que acontecer no âmbito judicial, também em decisão federal, situação tão complicada quanto aquela que vive seu país, por conta de histórias que ambos construíram



imaginando que tudo podiam sem respeitar a lei e aos próximos.

Com o final de 2014 chegando a seus dias derradeiros, aguarda-se com expectativa que a qualquer momento possam vir notícias de Brasília definindo os rumos tanto do desembargador Clayton Camargo quanto de seu filho, conselheiro do TC, Fabio Camargo.

Os dois, certamente, apostam numa reviravolta capaz de salvá-los de alguma forma do pior que lhes possa acontecer conforme decisão que virá da Justiça.